



Retrato de dois Centros de Acolhimento, Educação Sócio Escolar e Profissional e  
Integração de Crianças e Jovens Carenciados, da Província do Moxico, Angola

Paulo Carlos Lopes

06 de Dezembro 2017

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Intervenção Social na  
Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social, pelo Instituto Superior de Serviço  
Social do Porto, sob orientação do Professor Doutor José Alberto Reis.



**Resumo:**

O principal objetivo deste estudo é retratar a oferta sócio-educativa desenvolvida em dois centros de acolhimento e de integração social de crianças e jovens carenciados na Província do Moxico, Angola. Dois centros, em que o primeiro articula entre o serviço de identificação e de sensibilização de crianças e jovens que fazem das ruas da cidade de Luena a sua morada e o serviço de acolhimento e reinserção daquelas crianças e jovens no seio de seus familiares. Enquanto o segundo centro está direcionado para o acolhimento de crianças e jovens carenciados provenientes das comunidades rurais da Província do Moxico, Angola, com educação sócio escolar e profissional em ordem à integração social.

A investigação foi desenvolvida com base na análise documental (estatuto e regulamento interno, relatórios e estatísticas dos centros pesquisados), na observação dos espaços físicos e com entrevistas com responsáveis/técnicos que exercem funções profissionais nos dois centros perscrutados no estudo. Apreciado foi, ainda, o que está previsto na lei nº 25/12 de 22 de Agosto, Lei Sobre a Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança, em Angola, para equacionar o serviço desenvolvido no dia-a-dia naquelas instituições de acolhimento de crianças e jovens vulneráveis, na Província do Moxico, em Angola.

Trata-se de uma investigação do tipo qualitativa que recorre à abordagem de estudo de casos múltiplos e a técnicas de recolha e tratamento de dados, análise documental, observação, entrevista semiestruturada e análise de conteúdo.

A pesquisa traz, pois, uma visão de um primeiro retrato construído no ramo académico sobre a realidade de centros de acolhimento de crianças e jovens carenciados. Por um lado, tal indica a existência do fenómeno de crianças e jovens que ficam desvinculados dos seus suportes familiares, parentais e comunitários, transformando a rua, o mercado e quiosque no seu ambiente de vivência e, por outro, realça a contribuição para minimizar a carência generalizada na própria comunidade/sociedade moxicana.

Se há um esforço de atenção às crianças e jovens por parte da sociedade civil, do Estado e de certas famílias daquela Província, constata-se, porém, uma certa desatenção no ajuste de controlo das crianças e jovens por parte dos mesmos órgãos da Província. Facto este que, muitas vezes, leva a criança e o jovem a viver só e a sós, longe da protecção e do atendimento educativo dos seus contextos de socialização familiares,

escolar e/ou profissional prevista na lei de protecção da criança e jovem em Angola. Isso torna difícil às instituições que se dedicam ao trabalho de localização, sensibilização e mobilização de crianças e jovens em ordem à respetiva reinserção/reunificação no seu seio familiar, preferindo estas, muitas vezes, viver nos locais inapropriados da cidade e longe de sua família e do controlo social do Estado.

**Palavras-chave:** Retrato, acolhimento, formação, integração, criança, jovem, carência.

## **Abstract**

The main purpose of this study is to present the socio-educational offering developed in two welcoming and social centers for needy children and teen-agers in the Province of Moxico, Angola. The first center links identity services with personal motivations for children and teen-agers who use the streets of Luena city as their home. The center as a warm welcoming home becomes a step to reintegrate those children and tee-agers in their own families. The purpose of the second center is to welcome needy children and teen-agers from the rural communities of Moxico Province, Angola. This second center contemplates them with social and school education as well as professional skills, in order to a better social integration.

Our investigation is based on detailed documental studies (internal statute and norms, reports and statistics), in the observation of physical spaces as well as on interviews with the responsible technicians who are serving the centers mentioned above. Our research also includes what is prescribed in the law number 25/12 of August 22, Law on the Protection and whole Development of Children, in Angola. The study of this Law tries to make use understand how services function, day by day, within those two institutions that welcome vulnerable children and teen-agers, in the Province of Moxico, Angola.

It is a qualitative research that includes the study of multiple cases, as well as multiple techniques for a documental analysis, observation, semi structured interview and context analysis.

This research presents the sketch of a first academic study on the reality of welcoming centers for needy children and teen-agers. On one hand, we come to realize how realistic is the phenomenon of children and teen-agers living without parental, family and community support, making the street, the commercial center and kiosk their living place; on the other hand, we come to know how humanitarian centers call our attention to marginalized vulnerable children in the Province of Moxico, Angola.

If there is an effort made towards children and teen-agers by the civil society, Government and a few families in that Province, we also can see a lack of attention on the part of the same civil and Government members towards the efforts made in those centers, in order to solve or at least minimize the problem. This negative attitude forces

some children and teen-agers to live by themselves, apart from the protection and education that is due to them.

**Key words:** welcome/welcoming, formation, reinsertion, child, teen-ager, need/needy.

## **AGRADECIMENTOS**

A minha profunda gratidão  
a todos os que contribuíram  
para que este trabalho fosse possível.

## **ABREVIATURAS**

**AIESS** – Associação Internacional de Escolas de Serviço Social.

**CFPICJSS** - Centro de Formação Profissional Integral Cidadela Jovens de Sucesso Sacassanje.

**CNAC** – Conselho Nacional de Criança.

**FIAS** – Federação Internacional de Assistentes Sociais.

**INAC** – Instituto Nacional de Criança.

**INEFOP** – Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional.

**ISSSP** – Instituto Superior de Serviço Social do Porto.

**MAPTSS** - Ministério de Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.

**MED** – Ministério da Educação.

**SDB** – Salesianos de Dom Bosco.

**UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para Infância.

**VIS** - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento.

**MINARS** – Ministério da Assistência e Reinserção Social.

## ÍNDICE GERAL

Resumo

Abstract

Índice geral

Nota introdutória contextual da situação real da criança e jovem em Moxico, Angola. 01

Introdução. .... 04

Capítulo I: Quadro Teórico. .... 07

1. Resenha diagnóstico sócio institucional. .... 08

1.1 Contexto geográfico e político envolvente. .... 08

1.2 Contexto socioeconómico envolvente. .... 09

1.3 Contexto institucional envolvente. .... 10

2. Noção de criança de rua e sua evolução na sociedade luenense/moxicana. .... 12

3. Conceitos de perigo/risco de crianças em situações vulneráveis. .... 14

4. Resenha no evoluir e afirmação do serviço de intervenção e assistência socioeducativa e profissional. .... 19

Capítulo II: Quadro Legal sobre a Protecção da Criança em Angola. .... 25

2. Quadro legal sobre protecção social e de crianças e jovens em Angola. .... 26

2.1 Política de protecção social prevista na Lei nº 7/04 de 15 de Outubro, Lei de Bases da protecção social em Angola. .... 26

2.2 Quadro legal previsto na Lei nº 25/12 de 22 de Agosto, Lei Sobre a Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança em Angola. .... 27

Capítulo III: Quadro Metodológico. ....	35
3 Enquadramento metodológico do procedimento de investigação. ....	36
3.1 Tipo e estratégia adotada na investigação. ....	36
3.2 Questão da investigação. ....	36
3.3 Objecto de estudo. ....	37
3.4 Objectivo da investigação. ....	37
3.4.1 Objectivo geral. ....	38
3.4.2 Objectivos específicos. ....	38
3.5 Estudo de multicasos. ....	38
3.5.1 Análise/pesquisa documental. ....	40
3.5.2 Técnica de Observação. ....	42
3.5.3 Entrevistas. ....	43
3.5.4 Análise de conteúdo. ....	44
3.6 Estratégias éticas. ....	45
Capítulo IV: Apresentação e discussão de resultados. ....	47
4. Organização estrutural dos centros retratados. ....	49
4.1 Retrato e caracterização da organização do Centro de Formação Profissional Integral Cidadela Jovens de Sucesso de Sacassanje, Moxico - (CFPICJSS). ....	51
4.1.1 Objectivos. ....	52
4.1.2 Organização. ....	52
4.1.3 Sistema de acolhimento. ....	54

a) Organização dos espaços. ....	56
b) Regras de funcionamento e quadro de pessoal. ....	59
4.1.4 Sistema de aulas e formação profissional. ....	61
4.2 Retrato do centro de acolhimento de crianças de rua (Ana Jetu) – Luena. ....	63
4.2.1 Objectivos do centro Ana Jetu – Luena. ....	64
4.2.2 Actividade interna do projecto Ana Jetu – Luena. ....	65
4.3 Análise comparativa das duas instituições. ....	67
4.3.1 Práticas de trabalho quotidiano da vida dos centros de acolhimento de crianças e jovens carenciados. ....	68
4.3.1.1 Tipo de instituição. ....	69
4.3.1.2 Critérios de seleção de entrada de utentes. ....	70
4.3.1.3 Composição e funcionamento da instituição. ....	72
4.3.1.4 Sistema de aulas e de formação profissional. ....	75
4.3.1.5 Habilitações literárias de funcionários da instituição. ....	76
4.3.1.6 Relacionamento entre técnicos e crianças e jovens internatos. ....	77
4.3.1.7 Colaboração com instituições externas e a comunidade ao redor do internato..	79
Considerações finais. ....	84
Bibliografia. ....	88
Webgrafia. ....	91
Documentos consultados. ....	92
Índice de Figuras	

Figura nº 1: Portão do Centro de Acolhimento de crianças, Ana-Jetu. ....	42
Figura nº 2: cartaz do Centro de Sacassanje. ....	51
Figura nº 3: Organigrama do centro de Sacassanje ....	52
Figura nº 4: bloco administrativo. ....	53
Figura nº 5. Terreno de aulas prática de agricultura. ....	57
Figura nº 6: Espaço individual no Centro de Sacassanje ....	58
Figura nº 7: Corredor de dormitórios ....	58
Figura nº 8: Quadro do pessoal do centro de Sacassanje ....	59
Figura nº 9: Bloco de salas de aula ....	61
Figura nº 10: Objectivos do centro de acolhimento Ana-Jetu. ....	65
Figura nº 11: Actividades do Centro Ana-Jetu. ....	66
Figura nº 12: Exemplo Relatório, Centro Ana-Jetu. ....	70

## Índice de apêndices

Apêndices 1: Guião de entrevista ....	93
Apêndices (entrevista C1)	
Apêndices (entrevista C1 <sup>a</sup> )	
Apêndices (entrevista C2)	
Apêndices (entrevista E1)	

## **Nota introdutória contextual da situação real da criança e jovem em Moxico, Angola**

Desde que se deu início à abertura de vias de circulação, de pessoas e bens, intermunicípios e interprovincial, em toda sociedade moxicana, a situação das crianças e jovens na Província do Moxico deixa muito a desejar.

Pela experiência adquirida empiricamente no contexto em que se desenvolveu a investigação, um dos fatores determinantes para o aumento vertiginoso do fenómeno de crianças e jovens preferirem a rua como seu habitat, poderá estar associado aos “avanços” (des)controlados surgidos naquela cidade desde o alcance da paz, a 04 de Abril de 2002, e tal "avanço" ser marcado pelo desafio individual e/ou institucional de procura de condições mínimas de habitabilidade, de bens essenciais e de melhorar os modos de sobrevivência. É um desafio bastante visível na realidade da pessoa luenense no decorrer da última década.

Aquele desafio conduz, também, a uma dispersão e desatenção de muitas famílias. Consequentemente, contribui para o desenvolvimento de atitude da criança e, desta, do jovem, sem suporte de apoio controlado. Aqui começa a situação da criança e jovem em risco de exclusão social.

O fenómeno da guerra civil que Angola enfrentou, desde a proclamação da independência, a 11 de Novembro de 1975, e que durou aproximadamente 30 anos, suporta ainda, como consequência, problemas que vêm desde o núcleo familiar e social na realidade angolana, como refere José Octávio Serra Van-Dúnem,

“Angola sofreu uma guerra das mais violentas em África, marcada por períodos curtos de prenúncios de paz nunca concretizados de facto, desde o período pré-independência em 1975, tendo como causas, além do enorme sofrimento humano, o deslocamento de populações em grande escala, enormes perdas de património e infraestrutura e os prejuízos directos da guerra, cujos efeitos se arrastarão por muitos e muitos anos” (Van-Dúnem, 2008:78).

Muita criança e jovem em Moxico, em particular, vive só e a sós, e ainda à margem do suporte estrutural familiar. Isto é, muitos familiares ficam sem o controlo dos seus filhos(as) pelo que se vem notando o aumento do número de crianças e jovens em risco de exclusão social. Como consequência da carência generalizada, o núcleo familiar é

afetado, pela falta de rendimento, o que dificulta o controlo da criança e jovem no seu habitat.

Contrariamente, a vivência no dia-a-dia de muitas crianças na sociedade luenense, é fácil de localizar, sem precisarmos de binóculos, nos sítios seguintes:

- à volta de armazéns, lojas e supermercados de vendas e compras, onde se torna fácil para aquelas crianças efectuar um trabalho de carregamento de mercadorias pesadas, em troca do pagamento e petição de uns poucos kwanzas;
- nos passeios e ruas em que as crianças e jovens deambulam, vendendo algo para conseguir uma moedazinha;
- nos locais de estacionamento de viaturas e motociclos, onde procuram cuidar/vigiar carros, e ou motociclos em troca de receber uma recompensa etc.,

Estes são factos reais e alarmantes da situação de vulnerabilidade de crianças e jovens na cidade de Luena, e não só, como para conseguirem manter a sua sobrevivência diária.

Estes fenómenos acentuam-se com a instabilidade da paz no país. Com a paz, o angolano e, não só, a mentalidade do indivíduo residente no território angolano, é influenciada pelo paradigma de origem do "ter". Ter porque não se tem quase nada para a sua sobrevivência, em contraste com uns poucos que têm quase tudo e não sabem o que fazer com o que têm. Ter porque precisa de alcançar o essencial e o necessário para cuidar da própria vida e da vida de sua família. Um ter que passa pela procura do mínimo, pela procura do básico para a vida tanto no meio urbano como no contexto rural. Em ambos os contextos as pessoas enfrentam carências de falta de rendimentos (pobreza extrema).

A extrema pobreza é o "bem" que muita criança moxicana herda do seu seio familiar e/ou comunitário. A maior parte da criança e jovem na Província do Moxico vai-se inserindo no meio de um contexto livre e à sua própria conta, sem imaginar com que se alimentar no dia seguinte que amanhece, ou o que vestir, ficando deste modo sem esperança de vida. Muita criança da Província do Moxico cresce sem apoio consistente da socialização primária e, muito menos, da secundária, o que pode vir a ter efeitos perversos.

Portanto, é uma situação que é originária, muitas vezes, da privação de rendimentos de muitas famílias daquela província mais a leste de Angola. Precisamos de uma reflexão aprofundada da realidade social luenense para reorientar a rota do sentido do ritmo da realidade que se vive nos dias de hoje.

Segundo o censo 2014 (2016) a criança/jovem é, atualmente, a maior população em Angola. Porém, muitas das crianças e jovens são chamados a desafiar e enfrentar milhões de problemas para a sua sobrevivência e manter a vida em cada dia que nasce e amanhece.

Os desafios sobre a criança/jovem partem desde os seus núcleos familiares e do contexto social onde nasce e cresce. Isto é, a estrutura de suporte familiar vai aos poucos caindo em desuso, ficando sem o controlo dos seus filhos e filhas.

As instituições existentes, empenhadas na vida da criança/jovem, não conseguem responder a todos os problemas relacionados com uma educação integral da criança, com a protecção da saúde física e mental da vida da criança, com um acolhimento que proporcione, não só necessidades de socialização inerentes às fases de desenvolvimento psicossocial, mas também ao papel complementar que lhe cabe na acção educativa e socioprofissional para a sua inserção social e autonomia.

O Estado e alguns organismos particulares procuram minimizar aquela situação de carência e tentar contornar o risco de exclusão social da criança e jovem. Por si só, porém, na resposta aos vários problemas, não consegue atingir um bom número de crianças e jovens ao mesmo tempo. Como consequência, em quase toda a província, há uma sucessiva reprodução de casos problemáticos, com dimensões e desvios ainda socialmente desconhecidos.

## **Introdução**

A presente investigação insere-se no nosso estudo de mestrado e intitula-se - *Retrato de dois Centros de Acolhimento, Educação Sócio Escolar e Profissional e Integração de Crianças e Jovens Carenciados na Província do Moxico, Angola.*

Com a presente investigação procuramos, essencialmente, colocar o retrato da vida de duas instituições, que acolhem crianças e jovens carenciados, dentro dum quadro de exigência da consciência social, com finalidade de reintegração na família de origem ou no mercado do emprego dentro da comunidade de origem dessas crianças e jovens.

A pesquisa teve como objecto empírico a organização e estrutura modo de funcionamento de duas instituições de acolhimento e de integração social de crianças e jovens carenciados na Província do Moxico, Angola. Essas duas instituições abrangem serviços que se complementam para abranger crianças do meio urbano e do meio rural. A Instituição que trabalha com as crianças e jovens do meio urbano, aquelas que fazem das ruas da cidade do Luena o seu habitat, depois de identificadas são acolhidas, sensibilizadas e gradualmente educadas para aquele dia em que possa acontecer uma saudável reinserção no seio familiar. No acolhimento feito a crianças e jovens carenciados de origem das comunidades rurais daquela Província, desenvolve-se um projeto articulado de educação sócio escolar e profissional, cuja finalidade é proporcionar uma sadia integração social.

Do objecto desse estudo empírico deduzimos que aquelas instituições, numa interligação de espaços comunitários com o Estado e a sociedade civil, procuram um vínculo unitário ao porem em comum esforços na concretização da formação e escolarização dessas crianças e jovens, num desejo aparentemente sincero e responsável pela reunificação familiar e pela urgência e dever de minimizar carências e pobreza extrema.

A metodologia da investigação é desenvolvida com base na estratégia de análise documental (estatuto e regulamento interno, relatórios e estatísticas dos centros pesquisados); observação e entrevistas com responsáveis/técnicos que exercem funções profissionais nas duas instituições pesquisadas. Recorremos ainda ao previsto na lei nº 25/12 de 22 de Agosto, Lei Sobre a Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança, em

Angola, para equacionar o serviço desenvolvido no dia-a-dia naquelas instituições de acolhimento de crianças e jovens vulneráveis, na Província do Moxico, em Angola.

Trata-se de uma investigação do tipo qualitativo que nos levou a recorrer à abordagem de um estudo de caso múltiplo, a técnicas de recolha e tratamento de dados, análise documental, observação, entrevista semiestruturada e análise de conteúdo.

A sua relevância está, pois, no facto de ser a visão de um primeiro quadro pincelado no ramo académico sobre a realidade de instituições de acolhimento de crianças e jovens carenciados na Província do Moxico, em Angola. Este estudo apresenta uma dura realidade ao indicar a existência do fenómeno de crianças e jovens que ficam desvinculados dos seus suportes familiares, parentais e comunitários, transformando a rua, o mercado e quiosque seu habitat. Por outro lado, ficamos animados e admirados com o trabalho difícil desenvolvido na missão de duas instituições, ao pretenderem dar uma resposta ao problema “meninos de rua e na rua”, numa tentativa de minimizar a carência generalizada na própria comunidade/sociedade moxicana.

Este estudo, fruto duma pesquisa feita in loco, pretende dar a conhecer a todo cidadão angolano o crescente fenómeno de crianças e jovens com tendência a tornar a rua seu habitat, despertar a consciência de todos para este facto socialmente inaceitável. Em Angola há Instituições em representação do Estado (INAC, CNAC e MINARS) e todo um quadro legal do país, escrito e decretado sobre a protecção a ser dada à criança no território nacional angolano. Existe também o documento do centro de estudos judiciais (2016:69-70), onde se lê: “Tendo em consideração a definição contida no artº 49º, da Lei 25/12, de 22 de Agosto – Lei sobre a Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança (LPDIC), trata-se de um conjunto de responsabilidades assumidas entre o Poder Executivo, o Sistema das Nações Unidas e Parceiros Sociais do Estado para garantir o desenvolvimento integral da criança, baseadas em instrumentos jurídicos nacionais e internacionais sobre a criança e abrangem a totalidade dos direitos da criança (artº 50º, nº 1, [da Lei sobre a Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança] (LPDIC)”, parecendo-nos letra morta.

O presente estudo está organizado, tal como vem explícito no índice geral, em quatro capítulos. O capítulo I apresenta os referenciais teóricos onde se enquadra o conceito de criança em situação vulnerável e, conseqüentemente, o risco de exclusão social; faz, ainda, uma resenha diagnóstica socioinstitucional, referindo alguns vectores de

compreensão geopolítico e socioeconómico do contexto onde foi desenvolvida a pesquisa. O capítulo II descreve pontos do quadro legal sobre a protecção da criança em Angola. O capítulo III apresenta o procedimento e a abordagem metodológica na investigação onde, concretamente, se destaca o estudo de caso múltiplo, a pesquisa documental, a observação, entrevistas e análise de conteúdo. A investigação apresenta os resultados obtidos através de análise de conteúdo no capítulo IV.

Com esta investigação pretendemos apresentar, através do retrato feito do contexto e do serviço prestado no interior de dois centros de acolhimentos de crianças e jovens, a existência de um trabalho académico sobre a realidade do fenómeno de crianças “moxicanas” desfavorecidas, que fazem da rua seu habitat, preparando-as para uma integração social sadia.

## **Capítulo I: Quadro Teórico**

A criança tem direito de receber educação, que será gratuita e obrigatória pelo menos nas etapas elementares. Será dada à criança uma educação que favoreça a sua cultura geral e lhe permita, em condições de igualdade de oportunidades, desenvolver as suas aptidões e o seu juízo individual, seu senso de responsabilidade moral e social, e chegar a ser membro útil da sociedade. (Declaração Universal dos Direitos da Criança 1956, 7º princípio)

A constituição da República de Angola consagra os direitos da criança como um direito fundamental e, para a garantia deste direito, o Estado, a Família e a Sociedade estão constitucionalmente obrigados a criar condições com vista à educação integral e harmoniosa da criança, protecção da sua saúde física e mental, bem como para o seu pleno desenvolvimento.

A Declaração dos Direitos da Criança, adotada em 20 de Novembro de 1959 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, justifica este dever afirmando que “a criança, por motivo da sua falta de maturidade física e intelectual, tem necessidade de uma protecção e cuidados especiais, nomeadamente de protecção jurídica adequada, tanto antes como depois do nascimento”.

Neste seguimento, a lei angolana consagra às Comissões de Protecção de Crianças (INAC e CNAC) o dever de garantir a protecção das mesmas, como entidades por excelência competentes para aplicarem o modelo de protecção, que se traduz na aplicação de medidas de promoção e protecção.

## **1. Resenha diagnóstico sócio institucional**

Para uma ideia exaustiva do que o estudo desenvolve trazemos, neste ponto, alguns vectores de contexto geopolítico, socioeconómico e institucional envolvente no estudo.

### **1.1 Contexto geográfico e político envolvente:**

O contexto geográfico envolvente no nosso objecto de estudo é a Província do Moxico<sup>1</sup>. Está localizada no leste de Angola, com uma superfície de 223.023 km<sup>2</sup>. Tem a sede capital em Luena, anteriormente Vila Luso e elevada à categoria de cidade em Maio de 1956; e dista da capital do país – Luanda, por estrada, mil trezentos e catorze (1.314) quilómetros, e do litoral oceânico, pelo caminho-de-ferro de Benguela, a mil trinta e seis (1.036) quilómetros.

---

<sup>1</sup> Os dados aqui apresentados foram obtidos a partir do documento “censo 2014 resultados definitivos” referentes ao contexto geográfico da Província do Moxico.

A província do Moxico é subdividida em nove (9) Municípios e em trinta (30) Comunas. Com um total de mil duzentos trinta e seis (1.236) localidades, das quais noventa e duas (92) urbanas e mil cento e quarenta e quatro (1.144) rurais. É habitada por (758.568) habitantes, sendo (369.437) homens e (389.131) mulheres. Faz fronteira, ao oeste, com a província do Bié e, a leste, com a República Democrática do Congo e a República da Zâmbia; a sul, faz fronteira com a província do Cuando Cubango e, ao norte, com a Província da Lunda-Sul.

O clima é tropical e seco, e de relevo homogéneo. Notam-se duas épocas distintas durante o ano: a época chuvosa (quente) que vai desde o dia 15 de Agosto ao dia 15 de Maio; e a época de cacimbo (não chove, e o tempo é considerado tempo de frio) que vai desde o dia 16 de Maio a 14 de Agosto.

A província está situada numa zona com uma altitude oscilante entre os 1.200 metros e 1.400 metros. O ponto mais alto é o Calunda no município do Alto Zambeze. Está banhada pela bacia hidrográfica do Zambeze, do Cuando Cubango e a do Zaire.

Segundo Lopes (2016:2), a província do “Moxico foi uma região particularmente atingida pelo conflito armado, iniciado após a independência de Angola (em 11 de Novembro de 1975), e que se prolongaria até 04 de Abril de 2002. Como consequência da guerra civil, a habitação, a saúde, a educação e as vias de comunicação ficaram muito deficientes. Depois do estabelecimento da paz, os primeiros cinco anos da estabilização em Angola foram vividos sob o receio de um possível regresso do conflito. A guerra civil em Angola privou não só o crescimento do sector educativo, mas arruinou também todo o sector social, com consequências irreparáveis para a população de todo o país”.

## **1.2 Contexto socioeconómico envolvente:**

No geral, a população da Província do Moxico tem como sector de actividade principal a agricultura de subsistência, a pesca e a caça artesanal. Boa parte da população habita na periferia da cidade de Luena ou ao redor das sedes da zona urbana e sobrevive de trabalhos esporádicos, espontâneos e temporários de comercialização, em compra e venda de diversos produtos provenientes de Luanda e das províncias vizinhas ou de países com as quais a província divide a fronteira.

Segundo o Censo 2014 (2016:63), “A taxa de desemprego é a razão entre o número de desempregados e o número de pessoas economicamente activas. Este indicador representa a amplitude da força de trabalho disponível e não utilizada no país. (...) são considerados desempregadas todas as pessoas com 15 ou mais anos de idade que no período de referência se encontravam simultaneamente nas situações seguintes: i. Não trabalhou ou não tinha trabalho; ii. Estava disponível para trabalhar”.

“Em 2014, o número de desempregados abrangia 1.739.946 indivíduos, o que corresponde a uma taxa de desemprego a nível nacional de 24%. A taxa de desemprego atinge sobretudo a população jovem entre os 15-24 anos. As taxas mais elevadas de desemprego verificaram-se na província da Lunda Sul e Lunda Norte com 43% e 39% respectivamente”.

Censo 2014 apresenta a Província do Moxico com uma taxa da população activa, aproximadamente 70%; Considera-se população economicamente activa, à população com 15 anos ou mais que em 16 de Maio de 2014 se encontrava na situação de empregada ou desempregada. A taxa de emprego, na província do Moxico corresponde a 31,3%, e é a razão entre a população empregada com 15 ou mais anos de idade e o total da população com 15 ou mais anos de idade. E a taxa de desemprego, na província do Moxico corresponde a 29,3%, é a razão entre o número de desempregados e o número de pessoas economicamente activas. Esta percentagem é indicativa de quanto e como afeta a criança na estrutura familiar.

### **1.3 Contexto institucional envolvente:**

A pesquisa teve como referência duas instituições, uma localizada fora da cidade de Luena (Centro de Formação Profissional Integral de Sacassanje), que dista aproximadamente 12 quilómetros de Luena; e a outra no bairro periférico da cidade de Luena, designada (ANA JETU).

O Centro de Formação Profissional Integral de Sacassanje, *Cidadela Jovens de Sucesso*, é uma instituição pública e de regime de internato masculino. O Estado, representado pelo Ministério de Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTESS), colabora, em regime de parceria, com os Salesianos de Dom Bosco (Congregação Religiosa Católica). O trabalho do Centro é desenvolvido pela equipa dos salesianos de

Dom Bosco. O Estado disponibiliza as verbas necessárias para a manutenção dos imóveis da instituição.

A segunda instituição referenciada no estudo é *Ana Jetu*<sup>2</sup> (assim designada), iniciativa particular da Igreja Católica da Diocese do Luena em parceria com o VIS – Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento - organização não-governamental italiana, presente em Angola desde 1991, onde tem implementado projectos de desenvolvimento e educação de crianças e jovens em condições de risco e vulnerabilidade de exclusão social. Trata-se de uma ONG vinculada aos salesianos de Dom Bosco, com sede em Luanda.

Naquele contexto restrito do Moxico, com o aumento de crianças e jovens em risco de exclusão social, aquelas instituições sociais, de acolhimento e de integração social, de educação e/ou formação sócio profissional, justificam-se como resposta ao problema social associado. Desta feita, aquelas instituições tentam minimizar a problemática do analfabetismo e da pobreza extrema das populações residente na região mais a leste de Angola.

Segundo o relatório de seguimento das metas da cimeira mundial pela infância (2000:18), em Angola há cada vez mais crianças urbanas obrigadas a trabalhar desde tenra idade, como pequenos vendedores ou empregados domésticos, para ajudar as suas famílias a sobreviver.

“Nas famílias rurais e urbanas pobres, o envolvimento das crianças no trabalho é uma necessidade nascida da pobreza e sancionada do ponto de vista tradicional sobre a contribuição da criança como força de trabalho da família. Para além disso, algumas crianças das famílias mais pobres nas cidades são obrigadas a trabalhar como *zungueiros*, e estão expostas aos perigos da vida nas ruas das cidades.” Citação retirada do Relatório de seguimento das metas da cimeira mundial pela infância (2000:18).

As duas instituições pesquisadas têm a missão de proporcionar à criança nelas acolhidas uma possível integração social e familiar. Há uma complementaridade no trabalho executado pelos profissionais dos dois centros estudados. Um dos centros possui uma equipa de intervenção na rua, no sentido de identificar e sensibilizar crianças nos

---

<sup>2</sup> “Ana Jetu” é uma expressão na língua predominante no Leste de Angola, língua Cokwe, que significa nossos filhos.

diferentes espaços da cidade e periferia de Luena. Depois de trabalhar com tais crianças e jovens sinalizados, por um lado, alguns(as) são reintegrados(as) no seu seio familiar desde a rua, enquanto outros meninos são acolhidos no Centro. As crianças e jovens são acolhidos no Centro com o objetivo de se trabalhar com elas no sentido de as consciencializar durante três meses, a fim de poderem ser restituídas ao seio de seus familiares, enquanto um ou outro menino é encaminhado para o internato de formação profissional integral jovem de sucesso de Sacassanje.

## **2. Noção de criança de rua e sua evolução na sociedade luense/moxicana**

Antes e após a proclamação da Independência de Angola, a 11 de Novembro de 1975, as pessoas viviam em seu núcleo familiar, sendo este, de natureza alargada, e geralmente, nos seus locais de nascimento ou em aldeias, kimbos/bairro junto dos seus sobados com pequenos haveres, de cujo cultivo sobreviviam. Nas aldeias, bairros e kimbos as pessoas sobreviviam de seus trabalhos, entre os quais, lavrar a terra com instrumentos rudimentais (enxada, machado e catana), caça e pesca artesanal, desde logo, viviam solidárias e unidas umas das outras. Tanto assim, a organização na aldeia era dirigida pela autoridade tradicional (soba). A educação de crianças e jovens era um fator determinante não só da família, mas era, sobretudo, comunitária. As refeições eram feitas no jango, para os homens, e as mulheres entre vizinhas, raparigas à beira da cozinha. Era inconcebível ver uma criança sem ligação àquele ritmo da comunidade. Era uma maneira de vida primitiva sem pensar na modernidade, muito diferenciada da vida moderna de hoje.

Nos nossos dias já se fala de criança de rua. É um fenómeno que tem a sua origem nos anos 90, com o reacender da guerra de “caramuças”<sup>3</sup> depois das primeiras eleições, em Angola, realizadas a 28 de Setembro de 1992.

Com a realização das primeiras eleições gerais em Angola, a 28 de Setembro de 1992 e, a abertura de novos meios de vias de circulação de pessoas e bens, em todo o país e, sobretudo, com a ligação a culturas diferentes, chegavam, deste modo, as primeiras influências à cultura do povo do Moxico que, muitas vezes, se encontrava agarrado aos usos e costumes de sua tribo.

---

<sup>3</sup> “Caramuça” - noção que, no contexto angolano, se refere a perseguição, de porta-a-porta, a militares e militantes de partidos (MPLA E UNITA), ocorrida em várias cidades de Angola, após divulgação de resultados das primeiras eleições gerais, realizadas a 28 de Setembro de 1992, em Angola.

As trocas de influências entre povos de culturas diferentes do mesmo país e de países diferentes despertaram atitudes dicotómicas do habitual viver de pessoas da Província do Moxico. Foi, como que o primeiro sinal inicial de desconexão de certas crianças da sua família.

O reacender da guerra, depois da publicação dos resultados das eleições de 1992 (guerra de caramuçás), deixou muitas famílias, deixando, por sua vez, muitas crianças e jovens sem suporte familiar. Desde logo, começaram a aparecer crianças a mendigar nas ruas e a dormir em locais inapropriados. À medida que as condições sociais e económicas familiares se deterioravam, em consequência do aumento da guerra, nos anos subsequentes, mais crianças ficavam sem cuidados e sem a proteção familiar ou social. Facto esse que fez com que aumentasse, cada vez mais, o número de crianças na rua e a serem da rua.

Tratava-se de crianças e jovens de ambos os géneros, mulheres e homens que, segundo o relatório da cimeira mundial pela infância, estavam sujeitas a condições de risco:

“Embora a grande maioria das crianças de rua seja do sexo masculino, algumas raparigas vivem também na rua. Relatórios das ONGs que trabalham na assistência a estas raparigas indicam que elas são um grupo de crianças em risco excepcionalmente elevado por serem vítimas de violações brutais, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce e abortos feitos em condições perigosas” (Relatório de seguimento das metas da cimeira mundial pela infância (2000:13))

O relatório de seguimento das metas da cimeira mundial pela infância (2000:12) no ponto que se refere a crianças que vivem fora de um ambiente familiar, diz que existem duas categorias: a primeira refere-se a crianças que se encontram involuntariamente fora do seu ambiente familiar, crianças detidas, crianças perdidas ou crianças que sofreram abusos por parte dos seus tutores e colocadas pelo Estado em lares de infância, crianças órfãs e crianças separadas durante o decurso de deslocações súbitas de população; a segunda categoria refere-se a crianças que se encontram voluntariamente (embora nem sempre vontade da própria criança) fora de seu ambiente familiar, como resultado de uma decisão, incluindo crianças colocadas em instituições pelos seus pais ou familiares por

razões de pobreza e aquelas crianças, de famílias em dificuldades, que procuram uma vida melhor nas ruas.

Portanto, aquele conhecido e estimado valor típico e característico do povo angolano, em geral, da solidariedade entre pessoas da mesma aldeia e/ou bairro e da família alargada, foi ficando, pouco a pouco, em desuso, com as movimentações das pessoas de um lado para o outro, à procura de meios de sobrevivência. A partir daí começou a haver crianças na rua e da rua.

### **3. Conceitos de perigo/risco de crianças em situações vulneráveis**

De acordo com Sá (2002), citado por Ferreira (2011: 59), a criança está em perigo quando “os pais a expõem, frequentemente, a situações de sofrimento que a levam a erodir e a delapidar os seus recursos de saúde, sem que haja qualquer perspectivas continuadas de reparação.”

Calheiro (2006:84-85) fala de uma perspectiva de natureza sociológica, onde apresenta o núcleo do perigo por se ter originado por maus tratos e negligência, infligidos pelos responsáveis pela criança, “(...) Implicam um contexto e um julgamento social”. Para tal, é imprescindível a definição das atitudes parentais consideradas inadequadas, dentro do que é apontado como práticas e padrões correctos dentro de uma comunidade. Nesta perspectiva, para que os pais sejam vistos como “maltratantes” e “acusados” num processo de julgamento social, para além da sinalização das práticas parentais inadequadas, é necessária a responsabilização dos profissionais envolvidos nos procedimentos decisórios de forma a serem desencadeados projectos de intervenção social. Com a perspectiva de natureza sociológica pretende-se caracterizar os maus tratos como não sendo uma consequência de uma patologia parental, mas sim questionar “[...] o papel da sociedade [...]” na persistência de comportamentos lesivos para com as crianças. De notar ainda, a amplitude alargada de acções e omissões que afectam as crianças e que devem ser tidas em conta aquando da análise das problemáticas relacionadas com os maus tratos e negligência.

Segundo Ferreira (2011:35), a noção de criança em perigo e risco é uma crescente evolução na sociedade actual na medida em que assume “importância social” na

centralidade dos discursos sociais, religiosos e políticos. Essa necessidade crescente de intervenção por parte destas organizações, sociais e do Estado, ocorre devido às situações de risco e perigo serem “uma realidade cada vez mais visível, são situações de violência e insegurança no seio da família, resultantes de ruturas familiares, condições socioeconómicas degradadas ou de natureza e tradição cultural”. Deste modo, impõem-se a adequação das políticas sociais de proteção, de acolhimento a crianças e jovens e a urgência da criação de um apoio especializado às famílias.

O conceito de “criança” tem uma estreita ligação ao de “adulto” na medida que este exerce a sua autoridade, como (refere Ferreira, 2011:48) “superior e agente de autoridade” sobre a criança.

“... até ao século XV, a violência corporal era vista como uma autoridade conventual, sendo, que, com o passar do tempo começou a ser entendida como um acto brutal. Durante o século XVII a emergência de um conjunto de factores socioeconómicos ajudaram a alterar a percepção e o quotidiano da criança, nomeadamente a consolidação da família nuclear e o papel activo da igreja católica, marcada por um forte apelo à responsabilidade dos pais. A partir dos finais do século XVII verificaram-se transformações na sociedade, em que a escola substitui a aprendizagem feita com adultos” (Ferreira, 2011:49).

Para o autor “passou a admitir-se que a criança não estava madura para a vida, e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena antes de deixá-la unir-se aos adultos [...]. A família e a escola retiraram juntas a criança da sociedade dos adultos. A escola confinou uma infância outrora livre no regime disciplinar cada vez mais rigoroso, que no século XVIII e XIX resultou no enclausuramento total do internato” (idem). Portanto, no entender do autor, é no século XVIII que surge no seio das famílias, das cidades europeias, ao nível cultural e económico, o conceito de criança em que a família funciona como local de realização afectiva dos seus membros e que pretende manter a privacidade face à agitação da vida pública. É neste período que a criança é considerada como membro de uma família, onde desenvolve o seu processo de socialização em casa com a mãe e na escola com outras crianças.

Na segunda metade do século XVIII, surge um crescente interesse pela criança ao nível de discursos médicos, religiosos, pedagógicos e políticos, muito mais preocupados com o

risco das crianças e as formas de os ultrapassar. No século XIX, surge uma consciencialização sobre os perigos de excesso do trabalho imposto às crianças, por consequência da industrialização fabril e mineira.

Na primeira metade do século XX, surge uma nova construção social da infância, reconhecendo a criança como um cidadão autónomo no quadro do conceito de “propriedade” da família. Após a primeira guerra mundial surgem as primeiras preocupações com os direitos da criança, sendo de assinalar a primeira Declaração dos Direitos da Criança em Genebra, em 1923. Em 1946 é criado o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em 1959 é publicada a Declaração dos Direitos da Criança e em 1989 é aprovada a Convenção dos Direitos da Criança, ratificada e assinada pela República de Angola a 26 de Novembro de 1989, tendo-a ratificado aos 10 de Novembro do mesmo ano e subsequentemente ratificando, em 2005, também os dois protocolos adicionais à Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantis, e o Protocolo Facultativo relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados. O país procedeu recentemente à revisão da sua Constituição.

A Constituição (2010:30), a terceira desde a independência do país, no artigo 80º (Infância) procura, deste modo, articular a República de Angola aos princípios fundamentais mencionados na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, ao dizer:

1 – A criança tem direito à atenção especial da família, da sociedade e do Estado, os quais, em estreita colaboração, devem assegurar a sua ampla protecção contra todas as formas de abandono, discriminação, opressão, exploração e exercício abusivo de autoridade, na família e nas demais instituições.

2 – As políticas públicas no domínio da família, da educação e da saúde devem salvaguardar o princípio do superior interesse da criança, como forma de garantir o seu pleno desenvolvimento físico, psíquico e cultural.

3 – O Estado assegura especial protecção à criança órfã, com deficiência, abandonada ou, qualquer forma, privada de um ambiente familiar normal.

4 – O Estado regula a adopção de crianças, promovendo a sua integração em ambiente familiar sadio e velando pelo seu desenvolvimento integral.

5 – É proibido, nos termos da lei, o trabalho de menores em idade escolar.

O artigo 1º da Convenção dos Direitos da Criança define “criança” como sendo “todo o ser humano até à idade de dezoito (18) anos”. Em Angola, segundo a Constituição (2010:13) “a maioridade é adquirida aos dezoito (18) anos. E a Lei nº 25/12 de 22 de Agosto, Lei Sobre a Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança, no artigo 2º “a presente lei aplica-se a toda pessoa com menos de dezoito (18) anos de idade”.

Ana Nunes de Almeida (cit in Ferreira, 2011:50) identifica três marcos fundamentais da evolução do conceito de criança ao longo da história, em Portugal [e em Angola], isto é:

Pré-Modernidade, Modernidade e por último na pós-Modernidade.

No percurso histórico da infância marcado na Pré-Modernidade, a criança era entendida como adulto em miniatura, atribuindo-lhe, por isso, as mesmas responsabilidades que ao adulto, como por exemplo a participação, desde muito novos, nos trabalhos da vida quotidiana. E quando a criança não cumpria bem esses deveres era castigada sem ter em atenção a sua idade e o seu desenvolvimento.

Pouco a pouco, o entendimento da noção de criança foi evoluindo. Na Modernidade, tendo-se desenvolvido o sentido de espírito doméstico, a criança já era compreendida como o centro dos afectos e interesse de toda a família. Como consequência, a família começou a preocupar-se com a educação, carreira e futuro dos mais novos.

Na Pós-Modernidade, a criança cumpre um papel de consumidor e utilizador de todas as novas tecnologias da informação e comunicação, continuando a ser valorizada pela família.

No entanto, não existe apenas um entendimento acerca do conceito de criança, visto que este foi evoluindo ao longo dos anos. Assim, em Angola, na lei nº 25/12 de 22 de Agosto, a criança é vista como sujeito de direitos, logo tem o direito a ser cuidada, protegida e alimentada, sendo que o dever de cumprir tais exigências é partilhado entre o Estado e a família da criança.

A família, quer no passado quer no presente, é conhecida como um lugar onde, por vezes, se pratica violência sobre os seus elementos mais vulneráveis. Surge então o Estado como uma instituição que desempenha um papel decisivo para a construção moderna de Infância.

Segundo Magalhães (2010), quando a família falha nas suas responsabilidades relativamente ao crescimento e bem-estar das crianças que fazem parte da mesma, o Estado assume a sua função de proteção das crianças. (Ferreira, 2011).

“(…) a criança está em perigo quando “os pais a expõem, frequentemente, a situações de sofrimento que a levam a erodir e a delapidar os seus recursos de saúde, sem que haja [quaisquer] perspetivas continuadas de reparação.” Ferreira (2011:59)

Deste modo, identificamos dois conceitos com especial relevância para este tema: risco e perigo, conceitos conhecidos pelo senso comum. No entanto, não são conceitos entendidos plenamente pela população, uma vez que são dois termos que parecem semelhantes, mas na verdade apresentam diferenças significativas.

Ramião (2006:15) com a sua afirmação acaba por reforçar a ideia da diferença que existe entre risco e perigo, pois a intervenção nem sempre é legítima e necessária. Explica ele da seguinte forma:

“Nem todos os riscos para o desenvolvimento da criança legitimam a intervenção do estado e da sociedade na sua vida e autonomia e na sua família. Limita-se, assim, a intervenção às situações de risco que ponham em perigo a segurança, a saúde, a formação, a educação ou o desenvolvimento da criança ou do jovem”  
Ramião, (2006:15).

Oliveira (2013), continua a explicar que as situações de risco se referem ao perigo potencial ou eventual de se virem a concretizar e de irem contra os direitos das crianças, mesmo que não atinjam o elevado grau de probabilidade de ocorrência. O risco indica ainda uma relação implícita com algo que a criança ou jovem não deseja, e que a probabilidade dessa situação ocorrer é elevada, devido à presença de determinados fatores negativos, designados por fatores de risco.

Ainda o mesmo autor diz que o risco se pode apresentar em diversos graus e manifestações, que exibem um carácter multifatorial, podendo persistir no tempo, por exemplo, a omissão dos pais ou dos responsáveis pela sua guarda, os quais podem comprometer as necessidades básicas e o integral desenvolvimento das crianças, quer a nível material quer afetivo.

Portanto, o risco na infância implica a existência de situações que se afastem das condições mínimas favoráveis ao desenvolvimento adequado, adaptativo e global das crianças. Além de ser impossível eliminar os riscos pertencentes ao processo de crescimento, é viável a criação de condições e situações que façam as crianças aprender a lidar com eles e a ultrapassá-los da melhor forma possível, descobrindo assim como lidar com as frustrações, com a angústia, o sentimento de perda e com as contrariedades, analisando estes problemas como oportunidades para superar handicaps, ao mesmo tempo que desenvolvem a capacidade de elevar a sua autoestima (idem).

“o risco deve ser entendido como uma circunstância social, interativa e dinâmica. Na verdade, muitos destes fatores são de multirrisco, constituindo antecedentes de problemáticas diversas.” Oliveira (2013:11).

O perigo é a constatação do risco, no entanto nem todas as situações de perigo surgem de uma situação de risco prévio, ou seja, uma situação de perigo pode ocorrer sem nada o indicar. Assim sendo, é uma situação que compromete a segurança, saúde, formação ou desenvolvimento da criança.

Contudo, estas situações podem resultar da simples impotência ou incapacidade dos pais, representantes legais ou de quem tem a guarda de facto.

#### **4. Resenha no evoluir e afirmação do serviço de intervenção e assistência socioeducativa e profissional**

Falar de assistência social, hoje já como profissão, é recuar longo percurso no tempo, pois a sua prática vem evoluindo desde o surgimento do cristianismo nas primeiras comunidades cristãs. A vida idealizada no começo do cristianismo remete-nos a uma dimensão capilar da presença da diaconia – em que, numa formada comunidade, se encontrava a existência de pessoa(s) indicada(s) para se ocuparem do atendimento aos mais frágeis, às viúvas e aos órfãos. Desde logo, em alguns países (sobretudo do ocidente), já na idade média, surgem as conhecidas instituições de beneficência criadas por espírito de solidariedade cristã como, por exemplo, o caso de Albergarias, hospitais, gafarias, mercearias, orfanatos, reformatórios e sanatório, criadas e mantidas umas por ordens religiosas, outras por militares ou por nobres. No século XIX, surge o

associativismo operário nos principais centros-urbanos, estimulando, o crescimento de associações mutualistas que inspiram o aparecimento dos socorros mútuos com fins de prestações de cuidados médicos e fornecimento de medicamentos, prestações pecuniárias nas situações de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e subsídios de funeral<sup>4</sup>.

Com o aumento do surgimento de congregações/ordens religiosas masculinas e femininas, na Igreja Católica, começam a ser criadas irmandades da misericórdia para assegurar a assistência aos desfavorecidos, pobres, doentes, viúvas e órfãos, existentes numa determinada comunidade eclesial/paroquial (sociedade). Esse espírito cristão encontrava-se e encontra-se ainda hoje na essência do carisma do projecto ao surgimento de uma congregação religiosa na igreja católica. Assim, onde quer que fosse implantar-se uma congregação religiosa, independentemente da vida espiritual, implantava-se, por sua vez, o espírito caritativo – típico do cristianismo e de qualquer igreja surgida nela.

É deste percurso da igreja católica e da presença das ordens/congregações religiosas masculinas e femininas, consequência em Angola, da presença de instituições de beneficência criadas por espírito de solidariedade cristã, internato/orfanato masculino e feminino, criados por aquelas ordens/congregações religiosas que, desde então, se acolhem os mais necessitados, destinatários das mesmas obras de beneficência na sua origem cristã.

É bom saber que a chegada e/ou o aparecimento do cristianismo, em Angola, está na origem deste valor incontornável (cuidar), em que a vida do ser humano seja dignificada acima de toda a existência e seja considerada prioridade dos interesses de qualquer indivíduo. O espírito cristão estava carimbado no carisma congregacional de toda a instituição que pudesse surgir na igreja católica direccionada para o asseguramento da assistência aos excluídos e pobres.

Hoje, ao falar-se de instituições organizadas, na sua essência, para a assistência social, tanto podem ser de finalidade e missão para o atendimento a crianças carenciadas e desfavorecidas desde os contextos de origem familiares privadas de rendimentos, como podem ser para o atendimento de pessoas de mobilidade reduzida. Há aquelas que surgem com fins e missão para prestação de serviço a idosos, para prestação de serviço aos abandonados pelos seus parentes e outras ainda para prestação de serviço em que o foco é

---

<sup>4</sup> Ideia inspirada da Aula de política social, no Instituto Superior de Serviço Social do Porto (isssp, 2015).

a formação profissional. Desta diversidade de finalidade e missão há ainda as que surgem pela iniciativa do Estado ou pela iniciativa privada. Ambas, na linguagem global, fazem parte na economia do terceiro sector.

No surgimento do serviço social propriamente dito, que começa a ser separado do serviço de intervenção e assistência social em regime de voluntarismo, isto é, assistência não profissional, aponta-se o referencial teórico da obra “Diagnóstico Social” publicada em 1917, de Mary Richmond. Nesta obra, segundo Amaro (2012:99), está proposto um conjunto de procedimentos orientadores que terá sido o “movimento instituidor da profissão”.

Para Payne (2002:156-157), o serviço de intervenção e/ou assistência social como profissão surge “a partir do momento em que se lhe exige uma formação especializada específica de nível superior, que se trata de um trabalho reconhecido e distinto de outros, integrando-se num movimento geral de criação de grupos ocupacionais, que tem um papel social atribuído e reconhecido publicamente, que lhe é imputado um sistema de valores aceite e com responsabilidade moral, que corresponde às expectativas atribuídas e que é genericamente olhada como competente e eficaz”.

O consenso de uma definição, no sentido global e aproximado, do que é o serviço de intervenção e assistência social, ou em outros termos, a definição do que é o serviço social, de acordo com a comunidade científica, surge em Assembleia Geral da Federação Internacional de Assistentes Sociais (FIAS/IFSW) e da Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (AEISS/IASSW) realizada em Melbourne, em Julho de 2014, que diz:

“o Serviço Social é uma profissão de intervenção e uma disciplina académica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o empowerment e a promoção da pessoa. Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade colectiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social. Sustentado nas teorias do serviço social, nas ciências, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas, o serviço social relaciona as pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social”.

Desta forma, o papel desempenhado pelos responsáveis da acção educativa socio-escolar e profissional num centro de acolhimento de crianças e jovens em situação de

vulnerabilidade, em qualquer parte onde exista, deve ser encarado pela sociedade e pelo Estado, como sendo um contributo no sentido de minimização e abertura de vias que indicam possível autonomia da criança e jovem em soluções a seus problemas.

Ferreira (2011:39) diz que os “(...) profissionais de serviço social garantem e defendem os direitos dos utentes individuais ou colectivos, ao mesmo tempo que tentam satisfazer as suas respectivas necessidades. [...] Fazem-no, muitas vezes, ao serviço de uma autoridade reconhecida e autorizada; e a sua posição enquanto agentes do Estado, ou empregados de poderosas instituições ou organizações, colocou muitos deles em situação precária. A necessidade do grupo profissional de servir lealmente as entidades empregadoras tem coexistido com a obrigação de servir utentes”.

O serviço Social torna-se capaz de intervir no sentido do aumento do compromisso comunitário, de enfraquecimento da atomização pelo estímulo ao associativismo e cooperação, do fomento das organizações sociais e do combate à velha e nova exclusão social. E otimiza, por isso, uma construção desse colectivo com recurso a uma personalização da sua intervenção.

Segundo Iamamoto (2014:21), a profissão está perante a necessidade de encontrar estratégias para responder aos desafios fundamentais que se colocam: defender as conquistas sociais já alcançadas, nomeadamente no que se refere à manutenção do carácter público e universal das políticas sociais; aproximar-se às condições de vida e trabalho das classes dominadas, encontrando formas de explicitar os seus interesses e necessidades e fazendo ouvir a sua voz no diálogo social e reforçar os direitos sociais.

“A instituição é encarada como um aparelho de manutenção de privilégios e um obstáculo à obtenção de direitos e à realização de capacidades. [...] o aparelho de Estado e as suas instituições de suporte, não realizam imediatamente as aspirações das classes exploradas e dos grupos sociais excluídos. É a pressão desses grupos sobre o sistema que pode fazer inflectir as respostas no sentido de realização dos direitos e satisfação das necessidades desses grupos.

[...] a acção profissional dirige-se à transformação da sociedade e as vias para essa transformação passam pela alteração das estruturas e pela conscientização, organização e mobilização dos grupos dominados, num processo colectivo em que uns, interagindo com os outros, vão conquistando espaços e expressão e, pressionando o Estado e as instituições, vão adquirindo direitos e realizando aspirações.

O papel do [técnico ou director da instituição] assistente social é definido na relação estabelecida com os grupos dominados e é, no trabalho concreto e a partir das aspirações desses grupos, que a acção profissional se desenvolve, numa metodologia de acção-reflexão em que os problemas são debatidos e compreendidos numa perspectiva global, e analisados em relação a uma realidade social concreta que os determina.

A esta experiência de trabalho profissional está, por conseguinte, subjacente uma visão do mundo em que o homem é situado no conjunto das relações sociais como sujeito-objecto, determinado pelas condições sociopolíticas, mas capaz de, em conjunto com outros homens e em contextos e momentos em que a correlação de forças sociais é favorável, ser ele próprio agente de mudança, agindo sobre as suas condições de existência, sujeito colectivo cuja prática social se insere e articula com as práticas sociais dos grupos dominados e capaz de transformar a sua situação na relação estabelecida com outros homens vivendo os mesmos problemas, reflectindo e agindo sobre esses problemas”(Idem.).

O técnico/profissional assistente social numa instituição de acolhimento terá o objectivo de estabelecer relações com o grupo de crianças e jovens acolhidos na realização das suas aspirações e, sobretudo, na conquista dos direitos sociais e educacionais que os estavam a distanciar-se na sociedade.

O acolhimento e educação socio-escolar e profissional e integração de crianças e jovens, que estamos a desenvolver é, no sentido social, uma acção prática do garante dos direitos sociais e educacionais das crianças e dos jovens que vivem em situação precária nas famílias de origem. Com o equipamento providenciado pelo Estado e pelos diversos agentes privados de solidariedade social, previne-se, deste modo, situações de desigualdade e carência socio educacional e económica, vulnerabilidade e exclusão social a crianças e jovens acolhidos nele.

Segundo Ferreira (2011:35), a necessidade crescente de intervenção por parte de organizações/instituições, ocorre devido às situações de risco e perigo serem “uma realidade cada vez mais visível, situações de violência e insegurança no seio da família, resultantes de ruturas familiares, condições socioeconómicas degradadas ou de natureza e tradição cultural.” Deste modo, impõe-se a adequação das políticas sociais de protecção, de acolhimento a crianças e jovens e a urgência da criação de um apoio especializado às famílias.

E para tal, o papel do técnico/diretor responsável consistirá em apoiar as iniciativas dos grupos dos marginalizados, não se substituindo àqueles, mas contribuindo com os seus conhecimentos e com as informações que detêm e que põem ao dispor desses grupos, para o seu próprio processo de construção de autonomia. Portanto, compete-lhes a sensibilização doutros grupos menos conscientes, pondo-os em contacto directo com os serviços, divulgando os bloqueios burocráticos e financeiros, e as próprias incapacidades de resposta aos problemas, assim como as “brechas” existentes.

A conjuntura da guerra em Angola, especificando a Província do Moxico, provocou o pauperismo e péssimas condições de vida da população e proporcionou um campo fértil para as ONGs, ordens religiosas e diversas obras laicas que obedecem às novas estratégias da acção social contempladas na *Rerum Novarum* à volta da justiça social da Igreja.

A assistência sócio educacional a crianças desfavorecidas em Angola tem inspirações de origens diversificadas. Os países como Brasil, Itália, Espanha, Rússia e Portugal desempenham influências no serviço socio educacional e económico angolano.

As influências daqueles países ajudam-nos a concluir a escrita do quadro teórico no referente à profissionalização do serviço social em Angola.

No concreto queremos reflectir na mesma lógica que, na Europa e no mundo ocidental, a origem do serviço social vem de uma acção assistencial exercida pela perspectiva da igreja e, depois é que foi se profissionalizando. Neste momento em Angola, pelo facto de ter uma estrutura do Estado ainda um pouco frágil, a igreja assume um papel fundamental. Mas é importante que a igreja assuma este papel fundamental, mas que não seja necessário dar estes espaços todos. Não temos que estar em Angola a espera de cem anos para profissionalizar o serviço social. Com o Ministério da Assistência e Reinserção Social, pela iniciativa de ter construído e de ter posto em funcionamento o Instituto de formação superior de profissionais da área social, o país está na altura de, por sua vez, profissionalizar o serviço social.

## **Capítulo II: Quadro Legal sobre a Protecção da Criança em Angola**

“A protecção dos direitos da criança, nomeadamente, a sua educação integral e harmoniosa, a protecção da sua saúde, condições de vida e ensino constituem absoluta prioridade da família, do Estado e da sociedade”. (Constituição da República de Angola, Artigo 35º número 6).

## **2. Quadro legal sobre protecção social e de crianças e jovens em Angola**

### **2.1 Política de protecção social prevista na Lei nº 7/04 de 15 de Outubro, Lei de Bases da protecção social em Angola**

Segundo a Lei nº 7/04 de 15 de Outubro, Lei de Bases da Protecção Social em Angola, um dos objectivos da protecção social previstos no capítulo I, artigo 1º, linha c) da Lei nº 7/04 de 15 de Outubro, Lei de Bases da Protecção Social, é “assegurar meios de subsistência à população residente carenciada, na medida do desenvolvimento económico e social do País e promover, conjuntamente com os indivíduos e as famílias, a sua inserção na comunidade, na plena garantia de uma cidadania responsável”.

No capítulo II, artigo 4º, constituem fundamentos e objectivos da protecção social de base: c) a prevenção das situações de carência, disfunção e de marginalização, organizando, com os próprios destinatários, acções de protecção especial a grupos mais vulneráveis; e a linha d) a garantia dos níveis mínimos de subsistência e dignidade, através de acções de assistência a pessoas e famílias em situações especialmente graves quer pela sua imprevisibilidade ou dimensão quer pela impossibilidade total de recuperação ou de participação financeira dos destinatários.

E no artigo 5º diz que a protecção social de base abrange a população residente que se encontre em situação de falta ou diminuição dos meios de subsistência e não possa assumir na totalidade a sua própria protecção, nomeadamente:

- a) pessoas ou famílias em situação grave de pobreza;
- c) crianças e adolescentes com necessidades especiais ou em situação de risco e
- f) desempregados em risco de marginalização.

O artigo 6º, nº 3 - As prestações de apoio social são atribuídas através de serviços, equipamentos, programas e projectos integrados de desenvolvimento local ou dirigidos a grupos com necessidades específicas ao nível da habitação, do acolhimento, da alimentação, da educação, da saúde ou de outras prestações e podem desenvolver-se através do estímulo ao mutualismo e de acções orientadas para a integração social com suporte nas necessidades dos próprios grupos.

E no nº 4 - As prestações de solidariedade apelam à participação de grupos profissionais, de vizinhança ou outros e traduzem-se na validade de períodos, remissão de contribuições ou assunção momentânea das contribuições dos regimes de protecção social.

O artigo 8º, nº 2, diz que estes meios destinam-se a promover a auto-suficiência dos cidadãos e seus familiares e dirigem-se nomeadamente, para:

c) o acompanhamento das crianças órfãs ou desamparadas através da recriação de ambiente familiar por recurso à adopção, à colocação familiar ou em núcleos comunitários ou mesmo em instituições sociais apropriadas;

d) o apoio às famílias com o objectivo de combater o trabalho infantil e promover a frequência escolar, nomeadamente facilitando a deslocação à escola e participando nos custos de escolaridade; e

g) a ajuda financeira a instituições públicas ou privadas agindo nos domínios sanitário e social, cuja actividade se revista de interesse para a população.

## **2.2 Quadro legal previsto na Lei nº 25/12 de 22 de Agosto, Lei Sobre a Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança em Angola.**

A Assembleia Nacional aprova a lei nº 25/12 de 22 de Agosto, por mandato do povo nos termos das disposições combinadas do nº 6 do artigo 35º, do artigo 80º, das alíneas b) do artigo 164º e c) do artigo 166º, todos da Constituição da República de Angola, a seguinte:  
**LEI SOBRE A PROTECÇÃO E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA.**

A Lei Constitucional da República de Angola consagra os direitos da criança como fundamento do Estado, da família e da sociedade. São essas entidades previstas pela lei para “criar condições com vista a educação integral e harmoniosa da criança, a protecção da saúde física e mental e todo bem para o seu pleno desenvolvimento”.

Com vista a materializar este princípio normativo, o estado angolano aprovou um pacote legislativo, reforçado, para além dos chamados “11 compromissos” que definem um conjunto de tarefas essenciais que devem ser desenvolvidos a favor da criança”, também com o compromisso político e social, de “carácter multissetorial, para promover e

assegurar os direitos da criança à sobrevivência, ao desenvolvimento, à participação e à protecção”.

Como resultado dos diagnósticos legais e institucionais realizados no quadro da promoção e da protecção à criança, foi identificada a necessidade de ser aprovada uma lei que estabeleça o elo entre os vários diplomas que concorrem para a promoção e defesa dos direitos da criança, ao mesmo tempo que dá carácter vinculativo às recomendações feitas pela sociedade no quadro dos “11 Compromissos”.

A Lei nº 25/12 de 22 de Agosto, sobre a protecção da criança angolana, no capítulo I, das disposições comuns, no Artigo 1º, objecto e fins, apresenta, no número 1: A lei tem por “objecto a definição de regras e princípios jurídicos sobre a protecção e o desenvolvimento integral da criança. No número 2: A lei visa reforçar e harmonizar os instrumentos legais e institucionais destinados a assegurar os direitos da criança. No número 3: A lei tem como finalidade estender e promover os direitos da criança, tal como se encontram definidos na Constituição da República de Angola, na Convenção sobre os Direitos da Criança, na Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança e em demais legislação aplicável”.

A lei aplica-se a toda a pessoa com menos de 18 (dezoito) anos de idade.

A criança goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana em geral, sem prejuízo dos direitos fundamentais especialmente destinados à protecção e ao desenvolvimento da criança ou do sistema de protecção e desenvolvimento integral da criança previsto pela lei nº 25/12, de 22 de Agosto, Lei sobre a protecção e desenvolvimento integral da criança.

A lei aplica-se a toda criança, independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais, condição física e psíquica ou qualquer outra particularidade objectiva ou subjectiva, relativa à criança, aos seus progenitores ou representantes legais.

Compete ao Estado, através dos seus órgãos vocacionados para o efeito, criminalizar todas as práticas discriminatórias e adoptar mecanismos que visam minimizar os prejuízos decorrentes das mesmas.

Dada a sua particular vulnerabilidade, sempre que as circunstâncias o justificarem, a criança de 0 (zero) aos 5 (cinco) anos de idade deve ser tratada com prioridade, nos termos estabelecidos pela lei.

O artigo 5º, número 1 diz que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Estado, assegurar à criança, com absoluta prioridade, a efectivação dos seus direitos. E número 2: a prioridade dos direitos da criança é efectivada através de, designadamente: a) Primazia na recepção de protecção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) Precedência de atendimento nos serviços prestados por entes públicos ou privados; c) Preferência na formulação e na execução de políticas públicas na área social e económica; f) Afectação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a protecção à criança.

O Artigo 6º (superior interesse da criança), nº 1: Na interpretação e aplicação da lei e na composição dos litígios que envolva a criança, deve-se ter em conta o superior interesse da criança, os bens e os fins sociais que ela representa e a condição especial da criança como pessoa em desenvolvimento. Nº 3: Para o efeito da lei, entende-se por superior interesse da criança tudo o que concorra para a defesa e salvaguarda da sua integridade, identidade, manutenção e desenvolvimento são e harmonioso.

O Artigo 8º (Salvaguarda da dignidade): é dever de todo o cidadão zelar pela dignidade da criança, protegendo-a de qualquer tratamento desumano, cruel, violento, exploratório, humilhante, constrangedor, discriminatório ou que de qualquer outra forma atente contra a dignidade e integridade da criança.

Artigo 9º (Deveres gerais dos pais). O número 1, 2 e 3 diz: Sem prejuízo do disposto na lei, incumbe aos pais o dever de sustento, guarda e educação da criança. No interesse da criança, aos pais cabe o dever de orientar a sua educação e de prover o seu são e harmonioso desenvolvimento, bem como a obrigação de cumprir e fazer cumprir as decisões judiciais relativas à criança. Os pais estão ainda obrigados a assumir as despesas relativas à segurança, saúde, educação e desenvolvimento integral da criança até que esta esteja legalmente em condições de se auto-sustentar.

A lei 25/12, no Capítulo II, Direitos e Deveres da Criança, Secção I, Direitos Gerais da Criança, prevê no Artigo 10º (Disciplina e orientação), com salvaguarda do direito ao respeito à dignidade e integridade, física, psíquica e moral, a criança tem direito a ser orientada e disciplinada em função da sua idade, condição física e mental, não sendo

justificável nenhuma medida correctiva se, em razão da sua tenra idade ou por outras razões, a criança for incapaz de compreender o propósito da medida.

O Artigo 11º (Direito ao Ensino geral e técnico), número 1: O Estado deve criar condições para que a criança tenha acesso a condições de ensino de qualidade que lhe permita preparar-se para a vida adulta e inclusão no mercado de trabalho. 2: Sem prejuízos a outros saberes e conhecimentos, a criança com mais de 10 (dez) anos tem direito de ter acesso a facilidades de ensino que privilegiem a obtenção de conhecimentos e qualificações de carácter técnico ou prático. 3: O Estado assegura a materialização do direito referido no número anterior, designadamente através do desenvolvimento e extensão progressiva de adequadas facilidades de ensino, orientação vocacional e formação profissional, ajustadas às necessidades da criança e adolescentes interessados, tanto na sua forma quanto no conteúdo.

O Artigo 13º (Processo Educativo) declara: Devem ser respeitados e incentivados os valores linguísticos culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança, garantindo-se a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura.

### Secção III Direito à Convivência Familiar e Comunitária

Artigo 21º (Direito à família e ao nome) número 1: A criança tem direito de ter uma família, a conhecer e conviver com os seus pais e demais membros da família, de forma sã e harmoniosa. 2: A criança tem o direito a uma identidade, um nome e a usar os apelidos dos pais. 3: Para assegurar o direito estabelecido no número anterior, o Estado garante o registo de nascimento da criança, logo após o seu nascimento. 4: O Estado deve garantir à criança o direito de preservar a sua identidade, incluindo a sua nacionalidade, o nome e as relações familiares, nos termos da lei.

Artigo 22º (Acompanhamento familiar). 1: A criança tem direito a ser criada e educada no seio da sua família e a ter assegurada a convivência familiar e comunitária. 2: O Estado deve adotar medidas necessárias para que a criança não seja separada dos seus pais contra a vontade destes excepto se a autoridade competente assim o decidir, nos termos da lei e observar a prevalência do superior interesse da criança.

Artigo 23º (Relação com os pais): O Estado deve criar mecanismos legais para que sejam respeitados os direitos da criança, quando separada de um ou de ambos os pais,

designadamente o direito de manter [a criança] com ambos os progenitores, a menos que tal se mostre contrário ao superior interesse da criança.

Artigo 24º (Garantias do exercício do poder paternal). 1: O poder paternal pode ser exercido, em igualdade de condições, pelo pai ou pela mãe, nos termos e condições fixados por lei. 2: No superior interesse da criança, a falta ou ausência de recursos materiais por parte de um dos progenitores não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder paternal. 3: Não existindo outro motivo que, de per si, justifique a adopção da medida de inibição do poder paternal, a criança é mantida na sua família natural, a qual deve obrigatoriamente ser incluída em programas de auxílio à criança. 4: A inibição e a suspensão do poder paternal só podem ser decretadas judicialmente, nos termos da lei.

Artigo 25º (Competências familiares a favor da criança): O Estado deve tomar as medidas adequadas para promover a participação activa dos pais na criação de oportunidades para que a criança exerça os seus direitos progressivamente, no âmbito das suas actividades diárias com os ajustes pertinentes, incluindo a formação sobre as competências familiares necessárias.

Secção IV Direitos Especiais da Criança Artigo 26º (Direitos especiais). 1: A criança tem direito de crescer rodeada de amor, afecto, carinho e compreensão, num ambiente de harmonia familiar, segurança e paz. 2: A criança tem direito de viver numa família onde se desenvolva o respeito pelos seus membros, particularmente pelos mais velhos e se reforça a identidade angolana, as suas tradições e valores socioculturais.

Na Secção V, Deveres da criança, Artigo 34º (Dever de respeito), de acordo com a sua idade e maturidade, a criança tem o dever de respeitar os seus pais, os membros da família, os professores, os educadores, as pessoas idosas, as pessoas com necessidades especiais e demais membros da comunidade, devendo prestar-lhes assistência e apoio em caso de necessidade, nos termos da lei e do costume.

Artigo 35º (dever de participar), de acordo com a sua idade e maturidade, a criança tem o dever de participar na vida familiar e comunitária, no desenvolvimento do país e na preservação do meio ambiente, colocando as suas habilidades físicas e intelectuais ao serviço da nação.

Artigo 36 (Dever de contribuir), de acordo com a sua idade e maturidade, a criança tem o dever de contribuir para a preservação e fortalecimento da família, dos valores culturais, linguísticos, da unidade nacional, da paz, da tolerância, do diálogo e da solidariedade.

Artigo 37º (Dever de boa conduta), de acordo com a sua idade e maturidade, a criança tem o dever de aprender e observar os princípios da boa educação, boa conduta social e cultivar os valores culturais e patrióticos do seu país, devendo respeitar as instituições e participar nas tarefas que lhe permitam ser parte activa da comunidade.

Segundo o regime jurídico angolano, existe um claro interesse do estado angolano no dever garantir o desenvolvimento e o direito à vida das crianças e jovens que residem em território nacional. Isto é, o Estado deve proteger e garantir os aspetos fundamentais de identidade, tais como: o nome, a obrigatoriedade escolar, a saúde, a nacionalidade e relações familiares das crianças, etc. É deste seguimento que a lei angolana procura consagrar às Comissões recém criadas (INAC, Instituto Nacional da Criança e CNAC, Conselho Nacional da Criança) poderem assegurar a protecção e garantir o dever de crianças e Jovens.

A Declaração dos Direitos da Criança, adotada em 20 de Novembro de 1959 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, justifica este dever afirmando que “a criança, por motivo da sua falta de maturidade física e intelectual, tem necessidade de uma protecção e cuidados especiais, nomeadamente de protecção jurídica adequada, tanto antes como depois do nascimento”.

No Capítulo III, Medidas de Atendimento à Criança (Protecção e atendimento), a Lei nº 25/12, prevê nos artigos de 38º a 42º, as medidas concretas de orientação e materialização referente ao atendimento e protecção da criança angolana.

Quanto à protecção do atendimento, o artigo 38º nos números 1 e 2, subscreve-se: O Executivo deve adoptar medidas de protecção e de atendimento especial adequadas, particularmente legislativas, administrativas, sociais e educativas tendentes à protecção da criança em situação difícil ou de risco. A criança que, temporária ou definitivamente, estiver privada do seu ambiente familiar tem direito à protecção e à assistência especiais, nos termos da lei.

Quanto à materialização do atendimento, o artigo 39º, nos números 1 e 2, subscreeve-se: O atendimento da criança é concretizado através de um conjunto de acções articuladas entre os organismos públicos vocacionados e instituições privadas devidamente autorizadas. O atendimento é efectivado, por sua vez, através de medidas de assistências consubstanciadas, designadamente:

- a) Na orientação e no apoio sócio familiar;
- b) No apoio sócio educativo em regime aberto;
- c) Na integração familiar;
- d) No acolhimento em instituições de protecção.

Quanto ao carácter excepcional do acolhimento institucional, o artigo 40º orienta: o acolhimento institucional proporcionado pela protecção e assistência especiais do Estado têm um carácter excepcional na vida da criança, devendo ser dada preferência às medidas de protecção que permita à criança continuar a conviver com a sua família biológica ou com uma família substituta.

Já o que se refere ao carácter provisório do acolhimento institucional, a lei 25/12 no seu artigo 41º, nas linhas 1 e 2, subscreeve-se: o tempo de permanência da criança na instituição de acolhimento deve ser sempre o mais curto possível, devendo a família ser fortalecida para que esta possa receber a criança de volta no seu seio, evitando-se a reincidência.

As decisões sobre a retirada da criança do seio familiar devem ser revistas periodicamente, devendo ser assegurado o retorno da criança aos cuidados paternos assim que as causas da sua retirada tenham sido resolvidas ou eliminadas.

Por fim, o Capítulo III referente a medidas de acolhimento à criança, no artigo 42º encontra os princípios orientadores do atendimento e acolhimento. Diz que as instituições e as entidades que actuam no acolhimento da criança devem obedecer ao seguinte:

- a) Preservar sempre que possível os vínculos, as relações, o nome, a nacionalidade e a identidade sociocultural da criança;
- b) Assegurar que os irmãos não sejam separados, salvo se houver claro risco de abuso ou outra justificação atendível, assente no superior interesse da criança;

- c) Quando não seja possível mantê-los juntos, os irmãos devem ter a possibilidade de manter contacto entre si, excepto se tal for contrário ao seu desejo;
- d) Sempre que possível, a criança deve ter conhecimento e acesso à informação sobre a situação de seus familiares;
- e) Sempre que possível, a criança deve ser acolhida num lar próximo do seu local de residência, salvo se esta medida for contrária ao superior interesse da criança;
- f) Deve ser garantida a existência de actividades educativas, culturais e de lazer;
- g) Evitar a transferência para outras instituições de acolhimento;
- h) Assegurar a preparação da criança para uma vida independente e auto - sustentável;
- i) Promover o envolvimento da comunidade nas acções de atendimento;
- j) Assegurar a participação da criança na vida da comunidade local.

### **Capítulo III: Quadro Metodológico**

### **3 Enquadramento metodológico do procedimento de investigação**

#### **3.1 Tipo e estratégia adotada na investigação**

Enquadramento metodológico é entendido como conjunto de procedimentos, técnicas ou instrumentos de recolha e tratamento de informação recolhida no processo da pesquisa, proporcionando ao pesquisador atingir os objetivos traçados.

Segundo Demo (1993:128), pesquisa trata-se “[...] diálogo crítico com a realidade, culminando com a elaboração própria e na capacidade de intervenção. Em tese, pesquisa é a atitude de aprender a aprender, e, como tal, faz parte de todo o processo educativo e emancipatório”.

Toda e qualquer investigação adota uma metodologia (em consonância com as definições feitas pelo pesquisador) e um caminho baseado em técnicas ou instrumentos de recolha de informação para alcançar os objectivos definidos.

A presente pesquisa é do tipo de metodologia qualitativa. Enquadra-se na estratégia estudo de múltiplos casos. Tem como estratégia e técnica de recolha e tratamento de informações a análise documental, a observação, a entrevista semiestruturada e a análise de conteúdo. Orienta-se pelo paradigma fenomenológico-interpretativo.

#### **3.2 Questão da investigação**

A investigação procura retratar o serviço oferecido nos centros de acolhimento e integração social de crianças e jovens carenciados desde as suas famílias e comunidades de origem, na Província do Moxico, Angola, tendo por finalidade, a transformação da sua realidade social.

Para tal, a questão de investigação ficou assim formulada:

Como tem sido levado a cabo o trabalho desenvolvido nos centros de acolhimento de crianças e jovens carenciados da Província do Moxico, Angola, tendo em conta estes espaços comunitários do Estado, que ao mesmo tempo, procura contribuir para

escolarização e a formação de crianças e jovens contribui também para a sua reunificação familiar e minimizar carências e pobreza extrema?

### **3.3 Objecto de estudo**

O objecto de estudo tem a estreita ligação ao tema em debate e, para tal, a pesquisa pretende perceber, a partir do olhar de profissionais técnicos, práticas de funcionamento quotidiano de dois centros de acolhimento a crianças e jovens carenciados e com hábitos de vivência longe de seus seios familiares, na Província do Moxico, Angola.

### **3.4 Objectivo da investigação**

A pesquisa retrata a oferta do funcionamento de dois centros que acolhem crianças e jovens carenciados muitos dos quais fazem da rua o seu habitat. Conjugando com o objectivo da lei de bases da protecção social em Angola, a qual diz:

“Assegurar meios de subsistência à população residente carenciada, na medida do desenvolvimento económico e social do País e promover, conjuntamente com os indivíduos e as famílias, a sua inserção na comunidade, na plena garantia de uma cidadania responsável” (Lei nº 7/04 de 15 de Outubro, Lei de Bases da protecção social em Angola, artigo 1º, linha c.)

Lopes (2016:37) fala num dos objectivos do milénio traçado no Programa Nacional [Estado angolano] que é o combate à pobreza e o desenvolvimento de Angola e do Moxico. Efectivamente, temos assistido a um comprometimento do Executivo do Governo angolano na construção e reconstrução de infra-estruturas que têm a ver com o sector social, no sentido de responder e diminuir carências da população.

Sendo assim, o sector social do país precisa de contributos válidos e para tal, é necessária responsabilidade individual, colectiva e, sobretudo, de equipa que assume os espaços de retalhação de serviços oferecidos com finalidades de melhoramento da vida comunitária e social da população.

### **3.4.1 Objectivo geral**

A presente pesquisa tem como objectivo geral:

- Retratar a oferta sócio-educativa desenvolvida em dois centros de acolhimento e de integração social de crianças e jovens carenciados e desvinculados dos seus seios familiares fazendo da rua seu habitat, a partir da visão de responsáveis que exercem funções no centro e da documentação produzida nos mesmos, na Província do Moxico, Angola.

### **3.4.2 Objectivos específicos**

Apresentamos três objectivos específicos:

- Caracterizar os espaços de acolhimento de crianças na Província do Moxico, Angola;
- Perceber o funcionamento do dia-a-dia de dois centros de acolhimento de crianças e jovens na Província do Moxico, Angola.
- Articular a visão dos responsáveis dos centros de acolhimento de crianças e jovens com o regulamento interno do centro e o quadro legal do país.

### **3.5 Estudo de multicasos**

O estudo de caso é um método flexível no sentido em que recorre a uma variedade de técnicas possíveis no percurso da investigação.

Este método procura estudar a especificidade de um determinado caso ou de dois ou vários casos, que o pesquisador definiu e com o qual ou com os quais se comprometeu no percurso da sua pesquisa.

Como afirma Baptista (2012:47-48),

“[...] o estudo de caso volta-se à realidade objectiva, investigando e interpretando os factos sociais que dão contorno e conteúdo a essa realidade. É usado quando se deseja analisar situações concretas, nas suas particularidades. Seu uso é adequado para investigar tanto a vida de uma pessoa quanto a existência de uma entidade de acção colectiva, nos seus aspectos sociais e culturais. Por sua natureza heurística, o estudo de caso é exploratório e tem como principal utilidade a possibilidade de apreensão do problema nos seus diferentes traços, inquirindo o pensamento lógico e estimulando a experiência intelectual. Sua importância está no facto de não fazer o conhecimento descritivo o alvo essencial, mas de promover a ruptura do senso comum, através de um processo de compreensão dos elementos mais significativos, investigados com profundidade”.

No caso do nosso estudo, em particular, procura-se compreender o trabalho desenvolvido nos centros de acolhimento de crianças e jovens carenciados para a sua reinserção na família de origem e na vida autónoma, proporcionando o primeiro emprego.

Segundo Amado (2013:121) diz que,

“o estudo de caso pode consistir no estudo de um individuo, de um acontecimento, de uma organização, de um programa ou reforma, de mudanças ocorridas numa região, etc. são estudos que admitem uma grande multiplicidade de abordagens metodológicas diversas”.

É com base neste fundamento que definimos a pesquisa, no sentido da metodologia de múltiplos casos, por entrar em espaços de dois centros que acolhem crianças e jovens carenciados.

Amado (2013:124), citando Gall e colaboradores, define o estudo de caso como um estudo em profundidade de um ou mais exemplos de um fenómeno no seu contexto natural, refletindo a perspectiva dos participantes envolvidos.

Yin (cit in Amado, 2013:125) ilustra a particularidade das fronteiras que distingue o estudo de caso de outras abordagens metodológicas:

“[...] o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro de um contexto de vida real, quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não são claramente evidentes, e no qual são utilizadas múltiplas fontes de evidencia”.

Lopes (2016:43), “para certos autores da comunidade científica, como André (2005); Ludke e André (1986), no desenvolvimento do estudo de caso existem três etapas: a etapa exploratória ou da definição do foco do estudo; a etapa da recolha da informação ou da delimitação do estudo; e a etapa de análise sistemática das informações recolhidas”.

Chizzotti, (2006) referenciando Stake, diz que existem várias categorias de estudo de caso:

“[...] estudo de caso intrínseco, onde o estudo procura aprofundar o caso particular em si; o estudo de caso instrumental, que procura ter em vista o exame de um caso para esclarecer uma questão ou refinar uma teoria; e o estudo colectivo que significa estender o estudo a diversos casos instrumentais para ampliar a compreensão ou teorização a partir de uma colecção mais ampla de casos conexos” Chizzotti, (2006:137).

Segundo a categorização deste autor o nosso trabalho situa-se na categoria de estudo colectivo, com o qual nos permite estender a pesquisa a diversos casos (centros de acolhimento de crianças e jovens, na Província do Moxico, Angola), para tentar ampliar a compreensão do trabalho desenvolvido pelas pessoas que exercem suas funções no dia-a-dia naqueles centros.

Amado, (2014:123) delinea como competências e qualidades do investigador num estudo de caso: ser capaz de fazer boas perguntas; ser adaptável e flexível, para que as situações encontradas se transformem em oportunidades e não surjam como ameaças; ter claro o que está a estudar; ser imparcial em relação a conceitos preconcebidos, inclusive conceitos com origem e teorias.

### **3.5.1 Análise/pesquisa documental**

A pesquisa e análise documental foram, neste estudo, um meio fundamental na aquisição de informações que proporcionassem a compreensão das práticas do funcionamento de centros de acolhimento de crianças e jovens na Província do Moxico, Angola.

Era necessário recorrer a documentos internos de cada instituição pesquisada para compreender o conjunto de trabalho desenvolvido pelos profissionais, tanto no centro de

acolhimento de crianças e jovens desvinculados do seu seio familiar, como do centro educativo e formação profissional de Sacassanje, na Província do Moxico, Angola.

Como diz Stake (2013:84):

“[...] quase todos os estudos verificam alguma necessidade de examinar jornais, relatórios anuais, correspondência, actas de reuniões e coisas do género. Recolher dados através do estudo de documentos segue a mesma linha de pensamento que observar ou entrevistar”, (idem).

Ludke e André, (1986:38), citando Phillips, entende “documento” como “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”. Para tal, fazem parte desta definição, as leis ou normas, as cartas, os discursos, as revistas e jornais, as entrevistas e os inquéritos por questionários, os relatórios e as estatísticas ou os arquivos e os livros.

Gerhardt e Silveira, (2009), recorrendo à ideia de Fonseca, afirmam que, “[...] a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, (...)”, (Gerhardt e Silveira, 2009:37).

Cellard (2008) fala de documentos de carácter público e de carácter privado. Para o autor, nos documentos públicos estão os “arquivos públicos”, aqueles que nem sempre são acessíveis ao público, organizados segundo os planos de classificação institucional, como os arquivos governamentais, municipais ou escolares; e os “documentos públicos não arquivados”, aqueles que são distribuídos, como os jornais e as revistas. Nos documentos de carácter privado distinguem-se os “arquivos privados” e os “documentos pessoais”. Os arquivos privados são, por exemplo, documentação privada de sindicatos, igrejas ou organizações políticas; nos documentos pessoais enquadram-se as histórias de vida, diários e autobiografias.

Assim sendo, qualquer documento reflecte uma determinada realidade num determinado espaço e tempo, constituindo uma descrição daquela realidade e da acção dos seus actores. Neste sentido, para analisar um determinado documento é indispensável considerar o contexto e ter em conta o espaço, o tempo e a particularidade da

organização, identificando os interesses que levaram à elaboração do documento, garantindo a qualidade da informação e tendo em conta a sua autenticidade e confiança.

No estudo realizado, tivemos acesso a documentos de carácter privado, tanto arquivos privados como documentos pessoais. Através de regulamento interno do centro educativo e/ou de relatórios elaborados mensal ou anualmente e fichas de crianças e jovens acolhidos no centro, foi possível analisar e perceber as práticas de funcionamento, quer do pessoal profissional quer do andamento da vida do dia-a-dia daqueles espaços a que se teve acesso na pesquisa.

### **3.5.2 Técnica de Observação**

Visto que a pesquisa decorreu em um espaço específico, mesmo que no começo tivéssemos planificado em entrar nas instituições com o objectivo de entrevistar os técnicos que trabalham nas tais instituições, acabamos de observar as instituições no seu modo físico, de funcionamento e toda a vida diária levada nelas.

É deste pressuposto que achamos por bem incluir o item da técnica de observação. Uma observação não prolongada no sentido desenvolvida de uma pesquisa etnográfica. Mas porque em pesquisas desenvolvidas no sector do serviço social em geral, a técnica de observação é transversal, já que é através dela que, a parte da descrição que se é feita é apoiada e justificada por esta técnica. Tanto assim que no nosso caso específico tivemos a oportunidade de observar os espaços dos edifícios físicos compostos por duas instituições em estudo. Dos quais e, pelo que observamos, um apresenta espaços aceitáveis e outro é mais vulnerável de seus espaços do edifício observado, como se pode ver na figura nº 1 e, ver o vídeo (edifício Ana-Jetu, Luena):



*Figura nº 1: Portão do Centro de Acolhimento de Crianças, Ana-Jetu. Foto tirada a 17.03.2016 – Lopes.*

Os espaços observados no centro de acolhimento Ana-Jetu, em Luena, são de condições degradantes. Aparentemente desconfortáveis à vista é o espaço do dormitório e dos balneários. No dormitório falta de tudo um pouco: camas e colchões degradadas, lençóis desadequados, ausência de armários para guardar roupa pessoal e outros haveres, etc.. Portanto, todos estes pormenores passam por justificar a técnica de observação.

### **3.5.3 Entrevistas**

Lopes (2016:47) diz que utilizar o método estudo de caso implica, normalmente, ter de recorrer ou à técnica de observação, ou ao inquérito, ou à análise documental acompanhada de entrevistas e, como método de interpretação de resultados, a análise de conteúdo.

A entrevista realizada na pesquisa deste estudo é, segundo Quivy (2008:192-193), de tipo “semi-directiva/semi-dirigida”, dispondo de uma série de perguntas relativamente abertas – um guião – a partir do qual se recebeu informações por parte do entrevistado. Neste tipo de entrevista o entrevistador procura adquirir tanto a objectividade como a profundidade do assunto em debate.

Foram entrevistados, no centro educativo de Sacassanje, quatro pessoas: director executivo, subdirector administrativo, responsável pela educação escolar e formação profissional. E foi desenvolvido um diálogo com o Padre, responsável geral pela entidade

de acordo com o governo da Província do Moxico. E no centro Ana Jetu, foram entrevistadas duas pessoas: o “assistente social”, assim autodesignado, e o chamado “pai” ou “casal” do centro. Foi mantido um diálogo aberto com aquele casal e com crianças no centro. Foram, também, consideradas conversas informais com o Bispo da Diocese de Luena.

Através de visitas guiadas nos dois centros observamos, fotografamos e filmamos alguns espaços, crianças e jovens acolhidos naqueles centros da Província do Moxico, Angola.

### **3.5.4 Análise de conteúdo**

A análise de conteúdo foi um processo levado a cabo desde o começo do projecto da pesquisa. Isto é, desde o início da procura do assunto a pesquisar, incluindo o lugar em que nos encontrávamos, Porto (Portugal), e pensar o lugar onde se deveria recolher informação empírica (viagem de ida e volta a Angola, Luanda e Luena - capital da Província do Moxico e, vice-versa). Este percurso merece ser referenciado por ter sido importante na concretização da investigação, sem o qual não seria possível concluir o trabalho. É no interior desse processo inicial que se foi reformulando e decidindo o assunto, os sujeitos participantes para chegar a categorias relevantes que serviram de análise a todo material adquirido.

Desta maneira, a análise de conteúdo utilizada neste trabalho recorreu a uma estratégia, essencialmente, dedutiva. Isto é, a partir do material adquirido, uns em documentos fotocopiados e outros em suporte digital, em fotografias e vídeos feitos nos lugares a que se teve acesso para pesquisa e, ainda, as entrevistas efectuadas com os sujeitos participantes na pesquisa, a investigação apresenta resultados que conseguiu apurar no final da análise.

Todo este processo começou com a definição do assunto por pesquisar, depois seguiu-se a procura do material e referenciais teóricos que justificassem o assunto proposto, a determinação do contexto e dos sujeitos que fizessem parte do projecto, disponibilidade de recursos suficientes para concluir a pesquisa.

Neste processo da pesquisa empírica foram adquiridos documentos, leis do país sobre a segurança social e sobre a protecção e desenvolvimento integral da criança em Angola,

uns fotocopiados e outros, no sistema de suporte digital, a que se teve acesso, fotografias e vídeos feitos nos espaços da pesquisa e, acima de tudo, foram feitas entrevistas que, depois de serem ouvidas repetidas vezes as gravações, foram transcritas.

A partir do material de que dispomos foi construída uma grande categoria de análise no capítulo da apresentação e discussão de resultados. Tal categoria foi definida do seguinte modo:

- Práticas de trabalho quotidiano da vida dos centros de acolhimento de crianças e jovens carenciados.

Desta grande categoria surgiram subcategorias como:

- Tipo de instituição;
- Critérios de seleção de entrada de utentes;
- Composição e funcionamento da instituição;
- Sistema de aulas e de formação profissional;
- Habilitações literária de funcionários da instituição;
- Relacionamento entre técnicos e crianças e jovens internatos;
- Colaboração com instituições externas e a comunidade ao redor do internato.

É destas grandes categorias definidas que foi possível analisar o material adquirido e perceber a realidade ouvida, observada e analisada nos centros de acolhimento de crianças e jovens pesquisados existentes na Província do Moxico, Angola.

### **3.6 Estratégias éticas**

Na recolha da documentação foram tidos em conta os procedimentos éticos. Isto é, as cópias dos documentos adquiridos (estatuto e regulamento interno, relatório mensal, trimestral e anual, fichas de trabalho na rua e de entrevistas com crianças e jovens e com as famílias das crianças e, todo resto de documento a que se teve acesso) foram cedidos

conscientemente e de livre vontade pelos responsáveis daquelas instituições do estudo. As fotos foram feitas durante a visita guiada e pedida autorização informal para fotografar os espaços que nos eram mostrados.

A documentação foi recolhida, simultaneamente com a realização de entrevistas, entre o mês de Fevereiro e primeira metade do mês de Março do ano de 2016. Antes de se realizar a entrevista foram estabelecidos contactos, dois a três, com a pessoa escolhida para entrevista, depois de se ter dialogado e pedido ao Padre – responsável que autorizou informalmente a entrada no centro educativo de Sacassanje – e conversado com o bispo da diocese de Luena – entidade que responde pelo centro de acolhimento Ana Jetu, no Luena.

Tanto assim é que, na obtenção de documentos e na realização das entrevistas, foi preciso pedir aos responsáveis e à pessoa escolhida para entrevistar. Nenhuma das pessoas entrevistadas salientou a necessidade da preservação de anonimato, mesmo assim, preferimos criar nomes fictícios quando nos referimos aos entrevistados do estudo.

Participaram no estudo cinco (5) pessoas, sendo todos homens, pelo facto de nas instituições escolhidas não termos encontrado mulheres nos departamentos e/ou secções que nos foram indicadas para contactos para desenvolver as entrevistas. Mas nas duas instituições pesquisadas trabalham mulheres, diria, só não puderam participar no grupo definido do estudo.

## **Capítulo IV: Apresentação e discussão de resultados**

“O ser humano é capaz de tolerar grandes doses de sofrimento, mas em nome de alguma coisa, com a esperança que sua dor não será em vão e que as coisas vão mudar para melhor, com uma promessa de que isso em algum momento vai cessar”. Benelli (2002:21)

Neste capítulo, primeiramente apresenta-se uma descrição a retratar o modo da organização do funcionamento das instituições e como estão organizados os espaços físicos dos centros que constituíram o objecto da pesquisa. Num segundo momento, apresenta-se a discussão e apresentação dos resultados a que se teve acesso. Isto é, iremos compreender a valência em como está estruturada a organização do funcionamento no interior das instituições e, depois, veremos a estrutura dos espaços físicos disponíveis naquelas instituições de acolhimento de crianças e jovens pesquisadas.

Antes de passarmos a apresentar os resultados achamos, primeiramente, necessário salientar a prática usada na aquisição de toda a informação descrita neste capítulo.

Para um dos centros localizado fora da cidade, a cerca de treze quilómetros de distância, o processo da aquisição de informações foi feito durante três dias de visita no interior da instituição, estando inserido em todos os momentos da vida interna da instituição e em diálogo direto com responsável, com professores e formadores, com crianças e jovens internos e externos daquela instituição. Durante aquele curto período de tempo, foi possível ter acesso a informações que, de certo modo, eram necessárias ao estudo. Isto é, foi possível obter o regulamento e estatuto interno, relatórios mensais e anual, fichas e processos de utentes e, ainda, foi possível observar certas actividades do trabalho dos profissionais (aulas – académica e profissional). Por outro lado, foi possível observar momentos de refeição e de entretenimento das crianças e jovens do centro. Portanto, para além de ter uma visita guiada por um técnico do centro, houve oportunidade de ir fazendo fotografias e vídeos nos locais indicados por onde passávamos.

A segunda instituição que fez parte do objecto do estudo está localizada na periferia da cidade de Luena. Para esta, o processo da aquisição de informações foi através de visitas esporádicas ao centro, isto por causa da marcação dos dias e horas que os responsáveis preferiam para ir à instituição e os encontrar. Os técnicos não estão presentes na instituição em todos os dias por estarem a atender duas valências no trabalho de identificação e mobilização de crianças e jovens na rua e de alfabetização de crianças e jovens acolhidos. Na instituição vive um casal com crianças e jovens acolhidos em que um dos membros do casal faz de pai daquelas crianças, no sentido de acompanhamento educativo.

#### **4. Organização estrutural dos centros retratados**

A estrutura organizacional aqui é entendida não só no sentido da divisão interna do trabalho desenvolvido por parte dos profissionais, mas também no sentido da organização dos espaços físicos dos centros pesquisados.

Segundo o estatuto orgânico, a que se teve acesso, o centro/internato de Sacassanje é organizado por uma direcção composta por dois directores: um director geral e um director executivo. Encontra-se ainda no estatuto a presença de um órgão consultivo composto de um conselho de direcção, um conselho técnico pedagógico e um conselho académico pedagógico; para além deste, há ainda um órgão executivo, composto por um director executivo, um departamento técnico-pedagógico, um departamento de administração financeira e patrimonial, uma secretaria e uma secção de apoio social.

Cada sector da organização geral do Centro, com uma direcção, um órgão consultivo e um órgão executivo, apresenta tarefas a desenvolver segundo os objectivos e finalidades elaboradas pela equipa que assume o determinado órgão.

Podemos dizer que o centro/internato de Sacassanje está dentro dos parâmetros da organização retratada acima. Portanto, segundo King et al (2009), trata-se de um trabalho transdisciplinar definido como partilha de funções entre os profissionais, indo para além das fronteiras disciplinares, de modo a que a comunicação, a interacção e cooperação sejam maximizados entre membros da equipa. Este trabalho é, normalmente, caracterizado pelo compromisso dos seus membros para ensinar, aprender e trabalhar juntos, implementando uma articulação de conhecimentos quer no estudo, quer na intervenção.

“As competências requisitadas para a transdisciplinaridade vão para além de competências específicas de conhecimentos e estratégias. Incluem qualidades pessoais como a empatia, auto reflexão, controlo emocional, sensibilidade, autenticidade, saber ouvir, facilitar estratégias e comunicações” (King et al, 2009: 215)

Franco (2007) acrescenta que, actualmente, seria consensual assumir nas práticas de intervenção com o trabalho de crianças e jovens institucionalizados, assente em contribuições que ultrapassem as barreiras disciplinares, conferir ao próprio trabalho de

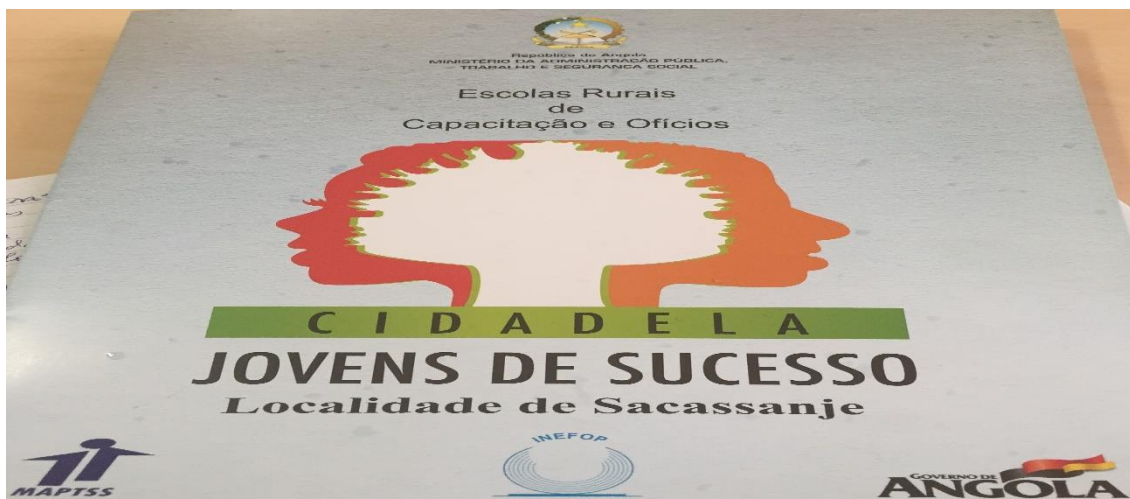
intervenção uma metodologia de trabalho mais abrangente e conciliador. Porém, é uma abordagem que pressupõe a existência de uma equipa coesa e dinâmica, pautada pela co-responsabilidade de todos os seus membros nas tomadas de decisão e avaliações, bem como pelo suporte mútuo e partilha de informações e conhecimentos. E, esta, deverá focar-se mais nas necessidades das pessoas que no conhecimento e especializações dos profissionais.

Sendo assim,

“Permite também ultrapassar as limitações da formação disciplinar, para melhor saber responder às necessidades reais da criança. Ultrapassa os limites do saber disciplinar na medida em que exige que os técnicos tenham uma atitude de partilha face aos seus próprios saberes, de disponibilidade para dar e receber informação, o que coloca exigências ao nível da utilização de uma linguagem, terminologia e conceitos que possam ser partilhados por toda a equipa e pelas próprias famílias. Isso assa também pela atitude face à comunicação e transferência de conhecimentos e competências. Essa é, sem dúvida, a atitude fundamental do funcionamento transdisciplinar: exige um posicionamento de aceitação, receptividade e valorização perante o saber do outro” (Franco, 2007:120).

As duas iniciativas em estudo procuram solucionar questões sentidas no seio da comunidade moxicana. De acordo com os regulamentos verificados, são instituições sem finalidade lucrativa e administradas pelo Estado, apesar deste, em termos fiscais, ser o regulamentador e exercer funções de tutela apenas em uma das instituições pesquisadas, como já nos referimos anteriormente. Ficamos assim esclarecidos que o Centro de Sacassange é propriedade do Estado, confiado a uma entidade privada de carácter não lucrativa, enquanto o Centro Ana Jetu é iniciativa da Igreja Católica sem fins lucrativos.

#### 4.1 Retrato e caracterização da organização do Centro de Formação Profissional Integral Cidadela Jovens de Sucesso de Sacassanje, Moxico<sup>5</sup> - (C.F.P.I.C.J.S.S.)



*Figura 2: Cartaz do Centro de Sacassanje - foto tirada no dia 15.03.2016 - Lopes*

A instituição designada “Centro de formação Profissional Cidadela Jovens de Sucesso Sacassanje (C.F.P.I.C.J.S.S.)”, segundo o estatuto orgânico, a que tivemos acesso da direcção do centro, no artigo 1º diz que “é uma instituição pública dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial integrado na estrutura orgânica do Ministério de Administração Pública, Trabalho e Segurança Social” (MAPTSS).

O Centro tem a sede na localidade de Sacassanje, município sede da Província do Moxico, e dista da cidade de Luena – capital da Província – 12 quilómetros. É tutelada pelo Ministério de Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, e orientado, em termos metodológico e técnico pelo INEFOP<sup>6</sup> em parceria com os Salesianos de Dom Bosco em Angola.

<sup>5</sup> As características organizacionais do centro descrito neste item foram retiradas no estatuto orgânico interno da instituição pesquisada.

<sup>6</sup> INEFOP – Instituto Nacional Emprego e Formação Profissional.

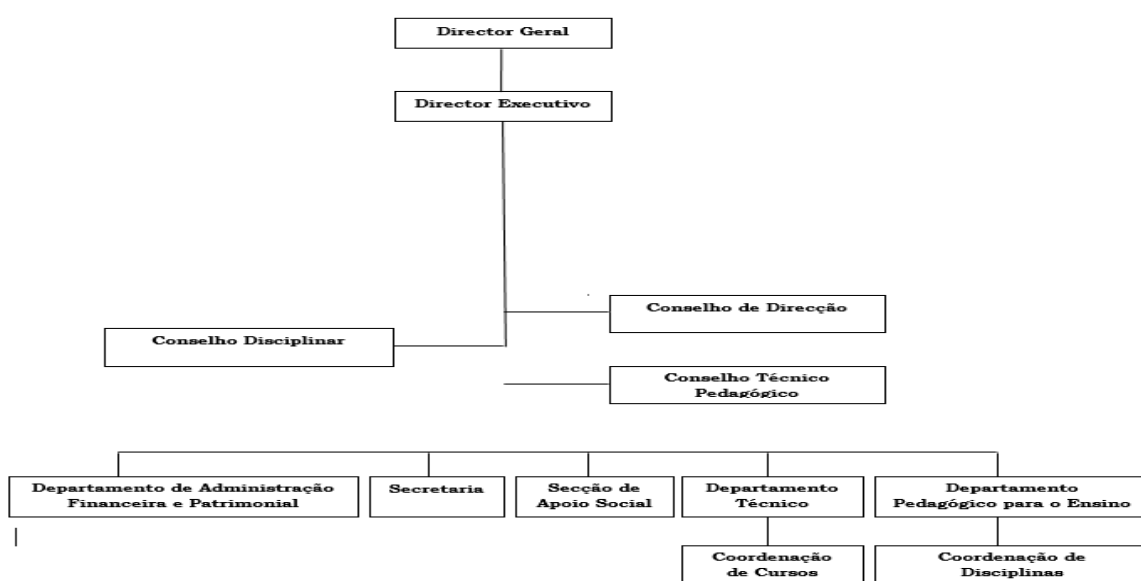
#### 4.1.1 Objectivos:

Ainda segundo o mesmo estatuto orgânico, o Centro tem traçado objetivos no sentido de promoção e valorização dos jovens e adolescentes através de um processo de formação integral; assegurar o desenvolvimento da formação profissional com rigor e qualidade; garantir o trabalho em equipa por forma a rentabilizar os conhecimentos de cada membro da comunidade do Centro, melhorar a qualidade da formação e a relação entre os actores envolvidos; realizar acções de formação profissional que se encontram aprovados no plano de actividade e formar profissionalmente e academicamente os jovens mais desfavorecidos educando-os para a vida, através do Sistema Preventivo de Dom Bosco (razão, religião, bondade), pelo trabalho, pela arte e pela convivência, dando protagonismo às suas vidas.

#### 4.1.2 Organização:

A organização do centro de Sacassanje é apresentada, esquematicamente, no organigrama encontrado no estatuto orgânico daquela instituição de acolhimento de crianças e jovens, como se vê na figura nº 3.

**Organigrama a que se refere o nº2 do artigo 24º do Estatuto Orgânico que o antecede.**



*Figura nº 3: Organigrama do centro de Sacassanje. Fonte: Estatuto Orgânico do Centro.*

Segundo o estatuto orgânico, o Centro de Sacassanje é dirigido por uma direcção composta por um director geral e um executivo; um órgão consultivo composto por um conselho de direcção, um conselho técnico pedagógico e um conselho académico pedagógico; um órgão executivo com um director executivo, um departamento técnico-pedagógico, um departamento de administração financeira e patrimonial, uma secretaria e uma secção de apoio social<sup>7</sup>.

Cada sector da organização geral do Centro (como visto no parágrafo acima, isto é, uma direcção, um órgão consultivo e um órgão executivo) apresenta tarefas a desenvolver segundo os objectivos e finalidades elaboradas pela equipa que assume o órgão.

Quando fomos ver o regulamento interno do Centro de Formação Integral Cidadela Jovem de Sucesso Sacassanje encontramos a sua identidade articulada com o estatuto da mesma instituição:

*As normas gerais que regulamentam o funcionamento interno do Centro de Formação Integral Cidadela Jovens de Sucesso SACASSANGE devem ser estabelecidos partindo dos objectivos definidos pelo Estatuto da Instituição, pelo seu Projecto Educativo Pastoral e pelo volume de actividades a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Formação Profissional.*

*O Centro de Formação Integral Cidadela Jovens de Sucesso SACASSANGE Funciona em sistema de internato para os formadores, formandos e professores.*



**Figura 4:** Bloco Administrativo Centro de Sacassanje - foto tirada no dia 15.03.2016 - Lopes

---

<sup>7</sup> Confere-se na figura nº 8 o quadro composto do pessoal do centro Educativo e de formação profissional de Sacassanje.

A organização encontrada no organigrama do centro de acolhimento de crianças e jovens de origem de comunidades e famílias desfavorecidas de Sacassanje, aproxima-se ao modelo de estrutura organizacional da perspectiva de Mintzberg (organização inovadora).

Segundo Mintzberg (1979) este tipo de organização (de perspectiva inovadora) determina o seu funcionamento com vista a alcançar objectivos preconizados, permitindo proporcionar às crianças e jovens uma satisfação de muitas das suas necessidades básicas em condições de vida tão aproximadas quanto possível de uma estrutura familiar não desfavorecida. Deste modo, o centro de Sacassanje procura proporcionar às crianças e jovens aí acolhidos meios que contribuam para a sua valorização pessoal, social e profissional.

#### **4.1.3 Sistema de acolhimento**

O sistema de acolhimento de crianças e adolescentes em Angola, em geral, é regulado pela Lei nº 25/12. Segundo o Decreto Presidencial nº 174/14, de 24 de Julho, o Poder Executivo do Estado impute responsabilidade ao Departamento Ministerial da Assistência e Reinserção Social (MINARS) para conceber, propor e executar a política social relativa aos grupos mais vulneráveis da população, nomeadamente da criança, da pessoa idosa e da pessoa com deficiência, garantido os seus direitos e a promoção do seu desenvolvimento através de medidas que reportam a implementação de políticas sociais básicas de assistência e reinserção social.

O departamento ministerial da assistência e reinserção social (MINARS) é que, com outros departamentos ministeriais, institutos e comissões congéneres, promove e coordena a gestão do sistema de apoio à criança em situação de risco, participa, de forma articulada, na elaboração e implementação de políticas e programas de prevenção e combate à delinquência juvenil, bem como os adequados à ressocialização de menores em conflito com a lei; e, por último, assegura as condições necessárias para a protecção, sobrevivência, desenvolvimento e educação integral da criança em risco e fiscaliza o cumprimento de toda actividade desenvolvida referente à criança no país, através dos departamentos ministeriais e comissões (CNAC) e do instituto de criança (INAC) instaladas em cada sede provincial do país.

A partir desta lógica organizacional do poder executivo do Estado angolano, a Província do Moxico, através do Departamento Ministerial da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), com vista a minimizar a carência afecta à criança, construiu o centro de formação profissional integral cidadela jovens de sucesso de Sacassanje (C.F.P.I.C.J.S.S.) e, por iniciativa da Igreja Católica, existe o centro de acolhimento de crianças de rua Ana Jetu.

O centro de acolhimento de Sacassanje funciona em convenção colaborativa dos salesianos de Dom Bosco. O sistema de acolhimento do centro apresenta-se em rede com outros centros de acolhimento dirigidos pelos salesianos de Dom Bosco, como por exemplo, o centro de Kala-Kala e de Kabiri, ambos na província de Luanda.

O regulamento interno do centro prevê critérios de admissão, de direitos e deveres e proibições e sanções para os utentes (alunos(as) e formadores(as)).

Um dos critérios de admissão, contido no regulamento, a que tivemos acesso, refere que o sistema de acolhimento do centro de Sacassanje de Moxico acolhe crianças e jovens que venham a completar 14 anos em Fevereiro, ou 15 anos a completar de Julho a Dezembro e que a criança e jovem não tenham feito ainda a 5ª classe e disposta a estudar a 4ª classe.

O centro de Sacassanje, no sistema de acolhimento estabelece de modo claro direitos a alunos/as a serem respeitados/as sem pôr em causa as condições económica, religiosa, política, social, física e intelectual; cada aluno/a do centro tem direito de opinião, de ser respeitado a sua integridade física, moral e a sua dignidade como pessoa; de ser avaliado com justiça, de fazer o uso do material didáctico disponível no centro, de ter uniforme de uso no centro, de ter direito a refeições e condições para o quarto.

O regulamento interno prevê deveres do aluno/a em comparecer pontualmente na escola e nas actividades extracurriculares, participar no momento do “Bom dia e Boa noite”, justificar as suas faltas no prazo de 48 horas desde que haja motivos claros para tal justificação, manter-se em silêncio durante o tempo de aula na turma, permanecer na sala de aulas com disciplina e ordem até à chegada do professor/a e formador/a, apresentar-se na escola decentemente e vestir sempre o uniforme, possuir todo o material académico necessário para cada disciplina mantendo-o organizado e limpo, respeitar os professores/as e outros colegas e os membros integrantes da escola, procurar fazer-se amigo de outros colegas, colaborar para a ordem, disciplina e cuidado da escola, reclamar junto da direcção quando os seus direitos são violados, não sentir-se intimidado pelo

docente, colega ou qualquer outra pessoa, fazer as tarefas pedidas pelo docente, revisar a matéria antes de se deslocar para a escola, comunicar a escola quando se sentir que está a ser pressionado/a pelo docente a praticar qualquer acto de corrupção, participar das actividades religiosas que livremente assumiu ao entrar no centro, responsabilizar-se pela manutenção ou arranjo do património escolar caso venha a danificá-lo, participar nos trabalhos da comissão que pertence e, para os alunos/as externos compartilhar com um valor necessário determinado pela direcção da escola para efeitos de almoço diário.

Quanto a proibições e sanções, o regulamento do centro prevê as chamadas de atenção especiais para manter a ordem, a disciplina, respeito e a alegria. Cada aluno/a é orientado a esforçar-se em manter a boa conduta para não ser chamado por motivos disciplinares. O centro mantém o slogan de Dom Bosco que diz: castigue-se raras vezes. As sanções e castigos demonstram a seriedade da vida escolar e ensinam a respeitar as normas na sociedade. Quem não respeitar as normas da escola faz-se ele próprio merecedor das sanções que devem ser uma ajuda a responsabilizar-se pelos seus actos e a respeitar os outros.

Portanto, esta instituição mantém um mecanismo de controlo com sanções associadas e previstas na escola salesiana [centros de acolhimento dirigidos pela rede salesiana em Angola]. São advertência oral e escrita (comunicado aos encarregados de educação, aviso e notificações), suspensão de três a sete dias e, expulsão levando o aluno/a cessar de fazer parte do centro.

Este modelo de mecanismos de controlo é imposto em todo o sistema de acolhimento nesta instituição e nas demais instituições geridas pelos salesianos de Dom Bosco. Os horários são fixados nos blocos de residência, de aulas, de refeitório, de enfermaria, de direcção administrativa e pedagógico. Há, nesta instituição, espaços proibidos e espaços de vigilância (Goffman, 1961).

#### **a) Organização dos espaços**

A organização dos espaços físicos dos dois centros de acolhimento de crianças e jovens pesquisados apresentam diferenciações significativas na construção dos edifícios, na organização espacial, ambiental e na adequação dos recursos materiais.

No centro de Sacassanje nota-se como espaços exteriores, um átrio e um estacionamento, logo logo ao portão de acesso ao centro. O recinto é bastante enorme, cercado de uma vedação de arame de aço. À sua volta há um terreno que serve para aulas de prática de agricultura, como se pode ver na figura nº 5. Uma pocilga com criação de suíno anexo ao lado um espaço com criação de patos.



*Figura nº 5. Terreno de aulas práticas de agricultura - Sacassanje. Foto tirada dia 15.03.2016, 12h00:44'. Lopes*

No interior do recinto foi edificado um condomínio equipado com diferentes espaços<sup>8</sup>. Blocos de edifícios contruídos com boa barreira arquitetónica e separação, entre um outro, com condições que favoreçam a independência física e a mobilidade dos residentes. Nos blocos há um hall e zona de entrada, corredores, salas de recepção, salas de estar, área de refeição e de cozinha. Há áreas de pessoal e de gabinetes, áreas recreativas e de actividades especiais (convívio comunitário).

Os espaços interiores do centro de acolhimento de Sacassanje oferecem uma organização plausível. Os dormitórios são de dois a três rapazes, com uma casa de banho com duas áreas de higiene pessoal para cada criança ocupante do quarto, um armário para cada rapaz ocupante guardar sua roupa e outros haveres pessoais, e ainda uma mesa com um candeeiro para estudo individual, gavetas e uma cadeira, como se pode ver na figura nº 6.

---

<sup>8</sup> Ver, no material anexado, o pequeno vídeo: **Edifícios no centro de Sacassanje**.



**Figura nº 6:** Espaço individual no Centro de Sacassanje. Foto tirada dia 15.03.2016 - Lopes

Os dois blocos de dormitórios são idênticos no que diz respeito ao modo dos equipamentos colocados nos quartos. Uma sala de televisão para bloco do dormitório, um quarto à entrada do corredor para o “pai do lar”, que impõe o mecanismo de controlo na zona de dormir. Portanto, os dois blocos do dormitório para rapazes apresentam um conforto físico com características que proporcionam comodidade aos residentes, como se vê na figura nº 7 - um corredor de um dos dois blocos de dormir.



**Figura nº 7:** Corredor de dormitórios do Centro de Sacassanje. Foto tirada a 15.03.2016 - Lopes

Na visão de Fischer (1994), a estrutura organizacional dos “espaços” são divididos segundo um modelo funcional, que são previamente dispostos e organizados segundo

regras que a instituição impõe. São espaços definidos com o intuito de realizar determinadas actividades que serão atribuídas a um determinado número de interesses da equipa dirigente e da política de protecção social [regulamento na lei do país], pois trata-se de espaços sob controlo e que obedece a um certo número de regras no seu funcionamento.

#### **b) Regras de funcionamento e quadro de pessoal**

Segundo o Estatuto Orgânico do Centro de Sacassanje, o pessoal do Centro está sujeito a legislação da função pública, o que significa, aproximadamente, sessenta funcionários empregados, como se pode ver na figura nº 8.

Categoria ocupacional	Nro
<b>Pessoal de Direcção</b>	<b>2</b>
Director Geral	1
Director Executivo	1
<b>Pessoal de chefia</b>	<b>4</b>
Chefe do Departamento Técnico Pedagógico	1
Chefe de Departamento pedagógico (Educação)	1
Chefe do Departamento de Admin. Financ. e Patrimonial	1
Chefe de Secção de Apoio Social	1
<b>Pessoal Técnico</b>	<b>3</b>
Formadores	3
<b>Pessoal Administrativo</b>	<b>4</b>
Oficial administrativo principal	1
Segundo Oficial	1
Aspirante	1

Escriturário dactilógrafo	
Telefonista de 2ª classe	
Contínuo	1
Auxiliar de limpeza 1ª classe	6
Motoristas	2
Encarregado	1
Educador social	1
Coordenador de Disciplina	1
Assistente de Pátio	1
Enfermeiro	2
Manutenção	2
Agricultores	5
Segurança	5
Professores	16

*Figura nº 8: Quadro do pessoal do centro de Sacassanje. Fonte: Estatuto Orgânico do Centro.*

Em entrevista com o director executivo do centro de Sacassanje, diz que as actividades começam com a oração da manhã às 6h00:30 minutos. Às 07:00h, tomam pequeno almoço e às 07:30 minutos realizam a parada em conjunto com os alunos externos. Às 08:00h iniciam as aulas até às 11:45 minutos. Às 12:00 horas tomam a refeição do almoço durante uma hora. Às 13:30 horas há meia hora reservada ao descanso (repouso). As actividades da tarde começam às 13:30 horas. Às 17:30 horas os alunos externos deixam as instalações do centro e os internatos continuam até às 21:30 horas, quando inicia o tempo do grande silêncio (dormir).

#### 4.1.4 Sistema de aulas e formação profissional

Para aquele centro, o sector escolar tem como objectivo e identidade oferecer as seguintes oportunidades de formação integral aos jovens em geral e, em particular, aos mais carenciados, com vista à criação de condições para a sua integração equilibrada no mercado de trabalho, considerada a faixa etária de 14 a 17 anos de idade:

- Capacitar os jovens no domínio do conhecimento académico, técnico profissional e reforçada com disciplinas sobre Educação Moral e Cívica, valores patrióticos e religiosos, respeito pelos símbolos nacionais e pela legislação laboral vigente no país, limpeza e asseio, segurança e higiene no trabalho;
- Elevar o nível de conhecimento técnico-profissional e académico, a fim de contribuir para o desenvolvimento das suas localidades.



*Figura 9: Bloco de Salas de Aula – Centro de Sacassanje. Foto tirada no dia 15.03.2016 - Lopes*

**A escola é entendida** como lugar de mediação cultural privilegiada de educação em que se pode dar uma resposta sistemática às necessidades da idade evolutiva; uma instituição determinante na formação da personalidade, porque transmite uma concepção do mundo, do homem e da história; uma das formas mais importante da promoção humana e de prevenção da marginalização.

Ela pretende ser um centro educativo eficiente e qualificado que oferece uma proposta educativa-cultural e formação profissional de qualidade, privilegiando o aspecto educativo sobre a simples instrução com uma atenção contínua e crítica pelos fenómenos da cultura; exige uma organização pedagógica e metodológica que favoreça a interação educativa para a organização didáctica repetitivas, orientando cada jovem para o seu projecto de vida.

Quanto à formação profissional, a Escola Rural de Capacitação de Ofícios, Cidadela Jovens de Sucesso tem, por outro lado, a finalidade de oferecer uma formação básica na Agro-pecuária, tendo como cursos auxiliares a Carpintaria e a Serralharia. Tudo isso ocorre num espaço de tempo que vai até três anos.

A escola educa segundo um estilo e método de Dom Bosco (salesiana):

- a) Animada pelo espírito oratoriano (encontro gratuito e familiar), procura criar uma família que educa, centrada nos jovens que identificam a escola como a sua “casa”;
- b) Sublinha a personalização das relações educativas, fundadas na confiança do diálogo, na confiança e na personalidade;
- c) Assume a integridade da vida dos jovens fazendo com que educadores participem dos interesses juvenis (desportos, passeios, teatro, musica, associações, arte, etc.);
- d) Prepara para enfrentar dignamente a vida familiar, de trabalho, social e eclesial.

A escola salesiana é popular pela sua localização, pela cultura e pelos rumos que privilegia e pelos jovens que acolhe; por isso a escola:

- a) Acolhe, de preferência as crianças e jovens mais carentes das zonas rurais;
- b) Está aberta a todas as classes sociais e privilegia o critério da promoção de todos ao da selecção dos melhores.

Quanto ao método educativo, o critério básico do sistema preventivo de Dom Bosco, é constituído por três princípios:

**Razão – entendida como:**

- a) Despertar o sentido crítico; b) Descobrir o valor autêntico das realidades terrenas e das culturas; c) Participar e dar o seu contributo ao desenvolvimento.

**Religião – entendida como:**

a) Acolhimento da verdade, do bem das propostas de fé que são oferecidas; b) Encontro da pessoa humana com Deus; c) proposta de um caminho com santidade.

**Amor - entendido como:**

a) Acolhimento respeito por cada pessoa; b) Capacidade de traduzir o amor educativo em sinais concretos; c) Força unitiva capaz de construir um clima familiar.

A escola conta com grupos que se organizam por comissões ou associações para fins formativos que vêm complementar a formação académica que a mesma escola já oferece. Tais comissões ou associações são parte complementar na formação de cada aluno que entra para fazer parte do estabelecimento escolar e são formadas segundo as necessidades da escola para animar os diferentes momentos da vida quotidiana do centro.

**4.2 Retrato do centro de acolhimento de crianças de rua (Ana Jetu) - Luena**

O centro Ana Jetu de Luena é uma iniciativa particular da diocese de Luena (igreja católica), que surge pelo atencioso olhar às carências e vulnerabilidade da criança e jovem da cidade do Luena, de modo a procurar reintegrar a criança e jovem que faz da rua e na rua o seu preferencial habitat. O bispo da diocese de Luena, D. Jesús Tirso Blanco, de nacionalidade argentina e sacerdote religioso na congregação salesianos de Dom Bosco, pelo seu múnus episcopal naquela diocese, deparou-se com crianças e jovens pedintes, dormindo em vários sítios desapropriados como: na berma de estradas, na porta de lojas e mercados da cidade; crianças e jovens que vivem a sós fora do seu seio familiar.

Devido a esta situação social que afecta a criança e o jovem, aquele prelado da diocese de Luena, tomou a iniciativa da existência do chamado centro de acolhimento de crianças de rua – Ana Jetu.

É uma iniciativa que se fundamenta no espírito dos valores evangélicos. Procurou-se que pudesse ser de raiz, enquanto uma existência de rede de protecção social que, por sua vez,

actuasse em cooperação com o Estado, como acontece com iniciativas do género em muitos países, ao longo de anos, que foram evoluindo de associações mutualistas a associações de socorros mútuos “fúnebres familiares”; das “irmandades da Misericórdia” com missão de assegurar a assistência aos pobres e indigentes. Iniciativas de género evoluíram no século XX para instituições, normalmente ligadas ao espírito evangélico, e sobretudo da Igreja Católica e Protestante, com iniciativa do atendimento das crianças em escolas primárias ligadas à paróquia e/ou missão católica e protestante, creches e jardins-de-infância, quando se trata do contexto urbano, e para certas congregações religiosas em que os religiosos continuam com o atendimento a crianças e jovens em regime de internato.

O centro de acolhimento de crianças e jovens que fazem da rua seu habitat (vulgarmente conhecidos de menino de rua) está localizado na periferia do bairro mandembwe, junto a linha divisória da pista (aeroporto) do Luena, desde o início da década 2010.

Segundo documentos, a que se teve acesso, e entrevistas transcritas, tidas com responsáveis desta instituição, o centro é uma iniciativa da diocese do Luena (igreja católica) que em entre os anos 2010 e /ou 2011 começou a existir em parceria com “Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento” (VIS) – uma organização não-governamental italiana que desenvolve actividades em Angola desde 1991. O VIS é uma ONG que, em Angola, está ligada aos Salesianos de Dom Bosco e tem a sede em Luanda.

#### **4.2.1 Objectivos do centro Ana Jetu - Luena**

Os objectivos definidos na instituição (projecto Ana jetu), foram localizados nos relatórios mensal, trimestral e anual. Em quase todos os relatórios, a que se teve acesso, veem-se seis linhas de objectivos semelhantes ou iguais, facto que se obteve, ao poder referenciar tais objectivos do centro de acolhimento e sensibilização e reintegração de crianças e jovens de rua. Assim, podemos agora indicar os objectivos deste centro:

- . Conhecer e formar novos grupos dos meninos de rua nas diferentes zonas da cidade do Luena para realizar as actividades do projecto;

- . Sensibilizar e mobilizar os meninos de rua com o objetivo de reinserção familiar;

. Avaliar e conhecer a modificação do nível do comportamento evolutivo dos meninos de rua dentro da casa Ana Jetu;

. Dialogar com os meninos para as causas que os fazem sair da casa dos parentes e estar a viver na rua;

. Contribuir para a reintegração sócio familiar das crianças e adolescentes de rua que se encontram em estado de vulnerabilidade na cidade do Luena

. Contribuir para reintegração no centro de acolhimento casa Ana Jetu das crianças de rua que se encontram em situação de risco e de vulnerabilidade na cidade do Luena”.

(Relatório elaborado, pelo Samuel Jones (Assistente social), em Luena no dia 31 de Janeiro 2016).

Reparemos no texto da figura nº 10:



**VOLUNTARIADO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO**  
**VIS**  
**RELATÓRIO MENSAL DAS ACTIVIDADES REALIZADAS**

Mês de referência:	Janeiro 2016
Período de:	Dia 01 a 31 de Janeiro 2016
Lugar da realização das actividades:	Moxico/Luena Projecto Ana jetu

**Introdução:** O VIS Angola Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento, Organização não Governamental Italiana está presente no território angolano desde 1991 e implementa Projectos de Desenvolvimento e Educação através de parceria com a Diocese de Luena e os Salesianos de Dom Bosco em Luanda. Os âmbitos nos quais trabalhamos são as crianças e os adolescentes em condição de risco e vulnerabilidade social, exclusão social juvenil, alfabetização, água e saneamento, agropecuária, formação profissional, reabilitação de centros de acolhimento e educativos e organização de eventos desportivos.

**Objectivo:**

- Conhecer e formar novos grupos dos meninos de rua nas diferentes zonas periféricas da cidade do Luena enfim de realizar as actividades do projecto.
- Sensibilizar e mobilizar os meninos de rua como objectivo a reinserção familiar
- Avaliar e conhecer a modificação do nível do comportamento evolutivo dos meninos de rua dentro da casa Ana Jetu.

*Figura nº 10: Objectivos do Centro Ana-Jetu – Lopes*

## 4.2.2 Actividade interna do projecto Ana Jetu – Luena

Na figura nº 11, podemos ver actividades internas do centro: alfabetização, catequese, limpeza da casa, futebol e jogo de matraquilhos, montagem de brinquedos e jogos de dama.



**Actividades realizadas** : No âmbito do Projecto "Ana Jetu" casa familia, co-financiado pela CEI (Conferência Episcopal Italiana Comitato per gli Interventi Caritativi A favore del Terzo Mondo, Via Aurelia, 468 –ROMA-Italy), cujo objectivo visa o fortalecimento da rede de proteção, social das crianças em risco de vulnerabilidade social no Moxico, Luena; junto a equipa do VIS Luena em parceria com a Igreja católica; durante o mês de Janeiro 2016 foram realizadas as seguintes actividades em baixo mencionadas foram realizadas:

#### a. Actividades do centro

- Em relação com as planificações das actividades, foi elaborado um plano mensal das actividades e elaborar semanalmente cada segunda-feira um plano das actividades a ser acompanhado,

- No centro do projecto Ana Jetu as actividade de alfabetização retomaram as suas actividades dia 11 de Janeiro do ano em curso depois de uma pausa que foi dada aos meninos mês



Figura 1



de Dezembro 2015 a partir de dia 18 para

Figura 2

refrescar as memórias dos meninos, básicas,

- O processo de acompanha de matrícula e reconfirmação dos meninos do centro casa familia projecto Ana Jetu no

sistema do ensino regular foi finalizada com sucesso e total de 21 alunos foram matriculados e reconfirmados nas dife-rentes turmas indicadas nas lista em baixo mencionada,

- As actividades de catequese também foram realizadas todos os sábados e domingos nos períodos da tarde,



Figura 3



**Figura nº 11: Actividades do Centro Ana-Jetu – Lopes.**

O centro tem por finalidade identificar e sensibilizar crianças e jovens na rua a fim reintegrá-los no seio de suas famílias ou parentes. Para atingir esta meta, o centro trabalha com cinco técnicos, isto é, um casal residente no centro (chamado pai do centro) e três (3) técnicos. Como se pode ver no excerto da entrevista C2:

“[...] eu próprio, junto os colegas, o coordenador que é ao mesmo tempo quem se encarrega da condução; e temos também uma colega que é operadora de rua. Nós os três (3) fizemos este trabalho” Entrevista C2.

A equipa técnica deste centro, Ana Jetu, tem efetuado o trabalho de identificação e mobilização de crianças e jovens na rua dois dias por semana. Para o atendimento e acompanhamento, em termos de actividades de alfabetização e outras, a equipa faz o trabalho interno no centro com os meninos durante dois dias por semana. Tanto nos dias de semana, reservados para actividade interna no centro com os meninos, como os outros dois dias da semana em que os técnicos estão na rua, segue-se uma escala alternada: um técnico fica no centro no período da manhã para atender os meninos que estudam no período da tarde e vice-versa - o técnico que esteve com os meninos no período da manhã no centro passa no período da tarde para a actividade de rua.

Como se pode ver no excerto da entrevista C2:

“[...] os que estudam de manhã a tarde ficam com alguns colegas da equipa para ter aulas de alfabetização e outras actividades com os meninos; e os que estudam no período da tarde aproveitam para desenvolver essa atividade no período da manhã com outros colegas e, assim, sucessivamente, nos três dias que passamos no centro” Entrevista C2.

### **4.3 Análise comparativa das duas instituições**

Depois de termos retratado e caracterizado os espaços físicos das instituições (centros de acolhimento de crianças e jovens) pesquisados, nos pontos seguintes apresentam-se os resultados interpretativos das entrevistas tidas com os participantes entrevistados do estudo.

Para atingir esta finalidade do estudo foi importante recorrer à estratégia metodológica de entrevistas com pessoas que exercem funções profissionais em tais centros. As entrevistas, por sua vez, serviram de análise de conteúdo.

Como referem Amado, Costa e Crusoé (2013:313) a análise de conteúdo tem por finalidade “organizar um conjunto de mensagens num sistema de categorias que traduzam as ideias-chaves veiculadas pela documentação em análise” e, deste modo, se clarifica a informação recolhida dos sujeitos.

Na apresentação dos resultados interpretativos das entrevistas foi necessário dividir as entrevistas em dois grupos (categorias de análise). Em cada grupo foram reagrupados textos de entrevista transcrita de mais de um entrevistado. Tais grupos são designados, daqui em diante, por entrevista C1 e C1<sup>a</sup> e entrevista C2<sup>9</sup>. O terceiro grupo de entrevista é designado por entrevista E1<sup>10</sup>

O sistema de categorias que traduzem as ideias-chaves foi ordenado segundo o já referenciado, acima, no capítulo da metodologia análise de conteúdo:

---

<sup>9</sup> Entrevista C1 refere-se a textos transcritos dos entrevistados do centro de formação profissional integração Cidadela Jovens de Sucesso localidade de Sacassanje; enquanto a entrevista C2 se refere a textos transcritos dos entrevistados do centro Ana Jetu – Luena.

<sup>10</sup> Entrevista E1 refere-se ao texto transcrito do diálogo/entrevista tida com pessoa que não trabalha no centro de acolhimento que constituiu o objecto da presente pesquisa.

- Práticas de trabalho quotidiano da vida dos centros de acolhimento de crianças e jovens carenciados;
- Tipo de instituição;
- Critérios de seleção de entrada de utentes;
- Composição e funcionamento da instituição;
- Sistema de aulas e de formação profissional;
- Habilitações literária de funcionários da instituição;
- Relacionamento entre técnicos e crianças e jovens internados;
- Colaboração com instituições externas e a comunidade ao redor do internato.

#### **4.3.1 Práticas de trabalho quotidiano da vida dos centros de acolhimento de crianças e jovens carenciados.**

A principal missão deste estudo está relacionada com o retratar a vida interna e o trabalho desenvolvido em dois centros de acolhimento e integração de crianças e jovens carenciados na Província do Moxico, Angola.

Por isso, foi definida a categoria principal de análise de conteúdo – práticas do trabalho quotidiano dos centros de acolhimentos de crianças e jovens carenciados na província do Moxico, Angola – que, para nos levar ao interior e perceber a partir dos regulamentos, horários e disciplinas impostas até ao empenho e visão dos técnicos que exercem as suas funções laborais naqueles centros de acolhimento de crianças e jovens carenciados na Província mais a Leste de Angola.

Nesta grande categoria definida foi possível criar subcategorias de análise, com as quais se pudesse demonstrar a realidade ouvida, observada e analisada.

Deste modo, o desdobramento daquela grande categoria em linhas de subcategorias definidas trouxe a contribuição dos participantes no estudo através de rebusca de excertos com ideias que estavam de acordo com determinada subcategoria de análise.

#### **4.3.1.1 Tipo de instituição**

Sendo assim, a primeira categoria que foi definida teve como finalidade procurar trazer a compreensão do tipo de instituição que se está a estudar, não esquecendo que o presente estudo inclui duas instituições, ambas com o mesmo campo de trabalho - crianças e jovens carenciados e em risco de exclusão social.

Quando fomos a uma das duas instituições pesquisadas, um dos entrevistados ao ser interrogado sobre que tipo de instituição era aquela em que exerce funções profissionais, dizia:

“Esta casa é do governo da Província do Moxico, construída pelo MAPESS, é uma escola rural de capacitação de ofícios e funciona em regime de internato masculino” Entrevista C1.

O excerto do entrevistado C1 confirma o que o estatuto orgânico da instituição, no capítulo I das disposições gerais, artigo 1º (natureza) diz:

“O Centro de Formação Profissional Integral Cidadela Jovens de Sucesso SACASSANJE, abreviadamente (C.F.P.I.C.J.S.S) é uma instituição pública dotada de personalidade Jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial integrado na estrutura orgânica do Ministério de Administração Pública, Trabalho e Segurança Social”.

A partir da mesma ideia fomos à segunda instituição pesquisada e, um dos entrevistados ao ser interrogado sobre que tipo de instituição era aquela em que exerce funções profissionais, respondeu da seguinte maneira:

“Esta é uma iniciativa da Igreja Católica em parceria com a organização não-governamental VIS. Isto significa que este centro pertence diretamente à Igreja Católica” Entrevista C2.

Deste modo, aquele entrevistado também confirmava o que se encontra na introdução de vários relatórios, a que se teve acesso, como o relatório elaborado no Luena, aos 02 de Julho de 2015, pelo coordenador local do VIS-Moxico:



## RELATÓRIO DO PRIMEIRO SEMESTRE DAS ACTIVIDADES

2015

### INTRODUÇÃO

O VIS Angola Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento, Organização Não Governamental Italiana está presente no território angolano desde 1991 e implementa Projectos de Desenvolvimento e Educação através de parceria com a Diocese de Luena e os Salesianos de Dom Bosco em Luanda. Os âmbitos nos quais trabalhamos são as crianças e os adolescentes em condição de risco e vulnerabilidade social, exclusão social juvenil, alfabetização, água e saneamento, agropecuária, formação profissional, reabilitação de centros de acolhimento e educativos e organização de eventos desportivos.

### OBJECTIVOS:

- ✓ Conhecer e formar novos grupos dos meninos de rua nas diferentes zonas de concentração da cidade do Luena;
- ✓ Sensibilizar e mobilizar os meninos de rua com objectivo de tomar iniciativa própria para sua reinserção familiar;
- ✓ Avaliar e conhecer a mudança do comportamento regular dos meninos dentro da casa família do Projecto "Ana Jetu";
- ✓ Dialogar com os meninos sobre as causas que lhes permitem sair em casas dos parentes e estarem a viver na rua;
- ✓ Contribuir para reintegração sociofamiliar das crianças e adolescentes de rua que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade;
- ✓ Entrevistar e contribuir para reinserção ao centro de acolhimento casa família do Projecto "Ana Jetu" para as crianças que vivem na rua com finalidade de serem acompanhadas, instruídas, modificadas e sensibilizadas para sua mudança comportamental.

*Figura nº 12: Exemplo Relatório, Centro Ana-Jetu – Lopes.*

Portanto, ficamos esclarecidos de que uma das instituições é pertença do governo da província do Moxico e trata-se de instituição estatal, ao passo que, a outra instituição é de iniciativa privada da igreja católica do Moxico.

#### 4.3.1.2 Critérios de seleção de entrada de utentes

Esta categoria teve como meta compreender as particularidades usadas na seleção da criança e ou do jovem acolhido em cada instituição, visto tanto uma como outra ter sido concebida para poder receber crianças e jovens de rua e carenciados desde suas comunidades e famílias.

Quando um dos entrevistados de uma das instituições da pesquisa foi interrogado sobre o aspecto referente a modalidades usadas para receberem crianças ou jovens na instituição, dizia:

“Numa primeira fase, o centro envia carta com os critérios necessários à direcção provincial do UNIFOC e esta, por sua vez, envia carta à direcção dos municípios que sabe e conhece os jovens mais necessitados e carentes que encaminha para o nosso centro. Temos ainda os salesianos de Dom Bosco que trazem rapazes de algumas comunidades distantes do Luena. Para além de rapazes trazidos pelo próprio governo, estes também são acolhidos aqui. Passado alguns meses, nós vamos verificar a situação, sobretudo quanto aos jovens trazidos pelo governo; quando temos férias, levamos o rapaz lá para casa dele, conversamos com a família, analisamos a situação do jovem e da família e, na verdade, notamos que o governo tem cumprido com os critérios quanto à carência económica da família e na impossibilidade de ajudar seu filho na educação escolar e profissional. Muitos jovens que são internados aqui são, na maioria deles, órfãos de pai, alguns são órfãos de mãe, outros ainda órfãos de pai e mãe” Entrevista C1.

Outro entrevistado, que exerce funções profissionais em uma das instituições pesquisadas, quando interrogado acerca de critérios de seleção de crianças e jovens acolhidos na sua instituição, disse o seguinte:

“(…) Por vezes, a polícia é que identifica a existência de meninos na rua e em conjuntos. A nossa equipa intervém na sensibilização e entrevistas aos meninos na rua. Isto é, a polícia identifica o menino de rua e chama a nossa equipa para o trabalho e posterior acolhimento do menino para o centro até à sua reinserção na sua própria família. (...) Não são todos os meninos encontrados na rua que são encaminhados para o centro. Primeiro identificamos, localizamos e compreendemos qual é o motivo que permitiu o menino sair de casa para a rua. (...) Depois vemos o comportamento do menino (...) Realizamos quatro encontros com o menino localizado na rua para depois ser encaminhado para o centro” Entrevista C2.

Quando fomos ouvir alguém que não exerce funções de trabalhos em nenhuma das duas instituições pesquisadas, este entrevistado dizia o seguinte:

“O centro de acolhimento é mesmo para crianças com necessidade ou de famílias sem possibilidade de educar os filhos. É para as crianças que se encontram na e da rua” Entrevista E1.

#### 4.3.1.3 Composição e funcionamento da instituição

Esta categoria teve como objectivo perceber duas variáveis: primeiro a variável da composição quantitativa do pessoal inserido na instituição e sua (re)distribuição de papéis na organização estrutural da instituição, e a segunda variável perceber a disciplina interna da instituição, isto é, os horários e os regulamentos impostos na instituição.

Quanto ao pessoal inserido numa das instituições investigadas, um dos entrevistados diz que:

“(...). Neste momento há aqui quarenta e cinco (45) funcionários dos quais quinze (15) mulheres. A faixa etária, na verdade, a média está aí aos 34 anos de idades. O nosso mais velho aqui é [cidadela]<sup>11</sup> Ri ri ri ... na equipa vive aqui. Senão contando com todos o mais velho de todos é o [Luena] com 62/63 anos de idade. Portanto, esse é o nosso mais velho que também pega com todos nós aqui. É uma equipa coesa. Aqui não tem nada a ver com particularidades religiosas, se é católico, se é protestante, ou se é evangélico (...). Todos estão aqui. O importante é a missão que nos trouxe aqui. Trabalhar com crianças e jovens todos os “santos” dias. O sistema preventivo de dom Bosco também nos ajuda muito nestas coisas. E temos sempre a formação contínua do sistema de dom Bosco (...) isso ajuda-nos bastante nesta nossa convivência. E convivemos muito bem. Somos uma família, consideramo-nos uma família. Essa é a primeira coisa que bate na cabeça de todos os colegas. Somos uma família. Aqui não há porque sou daqui ou dali ... havia uma pequena questão assim do regionalismo, mas cortamos logo de antemão. Não se menciona este veio dali, este veio dacolá; nós viemos todos para aqui para ajudar estes jovens e a nossa actividade aqui, e graças a Deus, que toda a gente aqui já entendeu, e estamos a caminhar. Estamos a caminhar e muito bem”  
Entrevista C1.

---

<sup>11</sup> Por questão ética, o nome próprio das pessoas referidas pelo entrevistado foi substituído por nomes fictícios.

Para outra instituição, o entrevistado quando interrogado sobre o número do pessoal que trabalha na instituição, diz que:

“O total que trabalha no centro é de cinco (5) [funcionários]. Temos o responsável que está permanentemente aqui no centro com os meninos. Este responsável é um casal que vive aqui com os meninos e suas duas filhas” Entrevista C2.

Por outro lado, queríamos perceber como estava (re)distribuída aquela composição quantitativa da equipa apresentada. Para isso, quando interrogado, um dos entrevistados esclareceu:

“(...) fazer funcionar o internato requer uma assistência 24 horas sobre 24 horas, de Domingo a Domingo. (...) [este] internato, em termos de estrutura, é constituído por um diretor geral, um diretor executivo, diretor/assistente espiritual, coordenador pedagógico e coordenador administrativo. Portanto, essa equipa: o director executivo, o coordenador administrativo e o coordenador pedagógico vivem mesmo cá. A qualquer hora pode aparecer uma situação de emergência. Há um enfermeiro que trabalha no centro às segundas, quartas e sextas-feiras por semana.

Temos também uma equipa do sector agrícola com um técnico agrónomo e veterinário a trabalhar e a viver no centro, para podermos, em caso de qualquer anomalia, dar resposta a tempo e hora. Portanto, essa é a equipa que assegura a casa. O internato assim como a agricultura precisam que alguém esteja sempre presente. (...) Várias vezes já passamos a noite no hospital com miúdo doente e tivemos dificuldade em o acompanhar. Então, o internato exige isto. Se quiser montar um internato tem que pensar primeiro nisso. Precisa-se gente que se entregue de coração, que aceite a realidade, isto é, que esteja consciente se, na verdade, quer ajudar o outro. Nós não olhamos no tal dinheiro, mas na verdade; olhamos naquilo que os jovens vão ser no futuro. Nós até já temos muita experiência, já viemos lá do internato de Cabiri, (...) durante 4 anos e o 5º ano vim para aqui” Entrevista C1.

Portanto, há na instituição, segundo aquele entrevistado, uma estrutura bem planificada de serviços: equipa da área de professores, equipa da área de formadores, equipa da área de cozinha e limpeza, para além da direcção com director geral, director executivo e director administrativo.

Percebe-se a existência de uma possível organização plausível na instituição, mesmo que, através do excerto apresentado acima, se note uma equipa que prioriza a área de saber profissional agrícola acompanhada da formação humana religiosa, e uma aprendizagem mínima escolar. Tratando-se de instituição de acolhimento de crianças e jovens em regime de internato com a missão de preparar a criança e o jovem para a vida autónoma e diminuir, sobretudo, a carência educacional através de um acréscimo de valência profissional no combate à pobreza, dir-se-ia que é o mínimo que se oferece na instituição e, talvez se pudesse pensar um pouco mais quanto à formação escolar dada naquela instituição (alfabetização = 6ª classe do ensino primário), como refere Young (2007:1294) [escola] “capacita e pode capacitar jovens a adquirir o conhecimento que, para a maioria deles, não pode ser adquirido em casa ou em sua comunidade, e para adultos, em seus locais de trabalho”.

Quanto à segunda variável, fomos percebendo o valor da disciplina interna da instituição, isto é, os horários e os regulamentos impostos na instituição. Vamos escutar como para tal, quando fomos ouvir o entrevistado de uma das instituições pesquisada, diz o seguinte:

“A hora de levantar no internato é às 6:h30 minutos. Começamos o dia com 30 minutos de oração. Esta casa foi dada pelo governo a Dom Bosco para ser bem gerida. Por isso, temos a componente religiosa e humana numa frase lapidar de Dom Bosco: “fazer o bom cristão e honesto cidadão”. A fase religiosa passa pela componente humana.

Às 7:00 horas temos o pequeno-almoço. As 7:30 encontramos-nos com os alunos externos e partilhamos o momento da parada para passar uma mensagem antes de entrar nas salas de aula. Às 11:45 largamos as actividades escolares e às 12:00 horas vamos todos para o refeitório para a refeição do almoço. Depois do almoço, das 12:h30 às 13:00 horas, temos o período do descanso e retomamos as

atividades às 13:h30 minutos. Às 17:h30, os alunos externos saem e por cá continuamos até às 21:h30 minutos” Entrevista C1.

Outro entrevistado responde ao assunto e esclarece alguns pontos:

“(...) desde o amanhecer, quando acordam às 6h30, limpam, obrigatoriamente, os quartos e os corredores. O pai do lar (é assim que nós chamamos o jovem que orienta de manhã) tem sempre um grupo a quem eles próprios já orientaram como preparar a cama e se lavarem. Segue-se a oração, à qual quase todo o mundo participa, com a exceção de alguns que estão já ocupados de manhã pela questão do refeitório em ajudar os homens que já lá estão a trabalhar. Esses pouco participam na oração assim como os professores que estão escalados para aquele dia de assistência ...” Entrevista C1<sup>4</sup>

#### **4.3.1.4 Sistema de aulas e de formação profissional<sup>12</sup>**

Este item completa o anterior quanto ao funcionamento e imposição de mecanismos de controlo em horários e disciplina interna. A finalidade deste ponto é compreender duas valências do funcionamento de aulas e formação profissional, respectivamente.

Quando se procurou perceber como se fazia funcionar a alfabetização (aprender a ler e escrever = aulas através do método Dom Bosco) e a formação profissional em simultâneo, um dos entrevistados refere o seguinte:

“O sistema de aulas e formação profissional funciona em alternância nos dois períodos do dia: manhã e tarde. Isto é, um grupo de alunos tem a formação académica no período da manhã, enquanto outro tem a formação profissional. E vice-versa no período da tarde. Os alunos que de manhã tiveram a formação académica passam a ter no período da tarde a formação profissional até por volta das 17h:30 minutos. Depois há um pequeno tempo livre que vai até às 18h:30 minutos para os internos que praticam o desporto e os externos vão para casa.

---

<sup>12</sup> A informação trabalhada neste item refere-se a uma das instituições pesquisadas. Na outra, por motivos alheios, não foi possível retratar a questão de horários e disciplina interna.

Depois das 18h:30 minutos os alunos preparam-se para jantar. Às 19h:45 minutos, temos o estudo pessoal, resolução de tarefas e outros exercícios até às 20h:45 minutos. Essa é a hora em que cada um vai para o seu dormitório. O período do estudo pessoal é acompanhado pela equipa do grupo de educadores escalados para cada semana” Entrevista C1.

Segundo aquele entrevistado, quando interrogado sobre a instituição, dá também a seguinte informação sobre a formação na área da agro-pecuária:

“Atendendo à conjuntura nacional na diversificação da economia, apostou-se em dar valência na área da agricultura. Neste centro ensina-se a agricultura mais evoluída e também rudimentar, de maneira a que os jovens, saiam com noções da agricultura mais evoluída. Isto é, gota a gota, o sistema de fertilização, etc. O jovem é preparado para os desafios do mundo agrícola nas suas comunidades de origem. E nós achamos isto como uma valia. Em 2017, já vamos dar a 1ª formatura (o 1º grupo a finaliza os três anos e vai ser enviado às comunidades de origem) com aproximadamente 65 jovens” Entrevista C1.

#### **4.3.1.5 Habilitações literárias de funcionários da instituição**

Com este ponto procurou informar-se junto dos funcionários da instituição quanto ao nível da sua formação académica ou profissional. Para isso, foi necessário interrogar quem tinha a missão de contratar pessoal para funcionar na instituição. Aquele responsável, diz o seguinte:

“... Bom, na sua maioria, os professores e formadores inseridos aqui são técnicos médios que passaram pela formação pedagógica. Na área da formação, tiveram a sua formação profissional inicial dada pelo INEFOP. Na área de professores, todos eles aqui passaram pela escola de formação de professores e, no entanto, anualmente, no mês de Janeiro, nós damos uma capacitação pedagógica durante 20 dias. Neste ano, verificamos que já 40% dos nossos professores começaram a frequentar a sua formação no ensino superior.

Na área da cozinha e limpeza, encontramos aqui, nesta zona, um enorme fenómeno de analfabetismo muito elevado, pelo facto de os funcionários que são contratados não saberem escrever o seu nome. Apercebemo-nos deste fenómeno na altura da exigência da abertura de conta bancária pessoal para o salário bancalizado. E isto fez com que implementássemos, durante 60 dias, aulas de alfabetização com o método Dom Bosco aos funcionários do centro” entrevista C1.

Quando interrogamos o participante no estudo, da segunda instituição, qual era a sua formação e habilitação literária, já que se apresentava como assistente social do centro, referiu o seguinte:

“(…) Assistente social formado não sou. Eu fiz o ensino médio do desenvolvimento comunitário. Um membro da equipa estudou o curso médio de contabilidade, ao passo que o terceiro está para concluir o ensino médio na escola de formação de professores”. entrevista C2.

#### **4.3.1.6 Relacionamento entre técnicos e crianças e jovens internatos**

Com esta subcategoria obteve-se o retrato referente à relação entre a equipa de funcionários da instituição e as crianças e jovens internados.

Quando fomos procurar saber qual era a relação existente entre os funcionários e as crianças e jovens acolhidos na instituição, no sentido de compreender a questão da afectividade e representação significativa ou não da criança e do jovem, um dos entrevistados da instituição explica da seguinte forma:

“O relacionamento aqui entre a equipa e os jovens é de muita partilha. Primeiro é que trabalhamos os formadores. Dizemos-lhes que nós estamos aqui por esses jovens e eles recebem isso com toda a naturalidade como eu recebi. E o bonito é quando nas reuniões individuais com cada formador, falamos sobre os problemas dos jovens. 28.2% dos jovens partilham os seus problemas com os formadores e estes, compreendem, já não olham para a questão da hora do trabalho ser das 6:h30 às 21 horas, não. O importante para os formadores é a vida dos jovens e

querem fazer o jovem feliz. E eles partilham a vida com os seus formadores. Muitas vezes nós, directores, não temos assim bem os detalhes do rapaz, mas o formador com quem o jovem convive e partilha, tem detalhes. E, eu pessoalmente, quando estou a conviver com o jovem, tiro a capa de diretor e vamos trabalhar. E com um palavrãozinho aqui e acolá, o rapaz fala de tudo um pouco e, muitas vezes, fala de nós. Porque é connosco que estão a viver. E perguntam: o formador fulano é assim, assim, assim... Apercebemo-nos que é uma convivência bonita”  
Entrevista C1.

Ainda na mesma instituição, com a mesma preocupação de visualizar o relacionamento dos técnicos com crianças e jovens acolhidos, fomos ouvir um outro dos funcionários entrevistados, e este diz o seguinte:

“(...) Na equipa que temos aqui, cada um dos meus colegas foi selecionado para estar aqui. Cada um dos formadores, docente e técnico foi visto capaz de estar aqui e dar resposta às necessidades do centro. E a relação que tem com os alunos, eu acho que, aliás diria, é ótima. Ótima porque a tendência aqui é mesmo melhorar quaisquer problemas que vão surgindo a cada dia. Então temos aqui formadores e professores e, ainda os responsáveis das casas onde os jovens dormem. Por exemplo, temos as casas a que chamamos os blocos 1 e 2, e cada um destes blocos tem um responsável. Temos o pai do lar e a mãe do lar que passam a noite naqueles blocos e controlam sempre o movimento dos alunos e qualquer preocupação das crianças. São pessoas adequadas, escolhidas para estar naquela posição.

Os formadores, por exemplo, têm o pessoal da serralharia, têm a formação na serralharia, então, são pessoas ideais para estarem lá como técnicos, e temos 2 carpinteiros, 2 técnicos agrários – isto é, um agrónomo e um veterinário. E temos o director pedagógico com o seu elenco de professores. Todos estes interagem bem com os alunos, apesar de que cada um deve interagir de uma forma que lhe compete no sector. Por exemplo: os professores interagem mais como professor, mas a relação que têm é de verdadeiros educadores, pois passam a noite aqui. Há uma rotatividade de professores que passa a noite aqui. A cada semana, um grupo de professores é apontado para passar a noite no centro a fazer assistência aos rapazes. Então, para além da presença que têm na sala de aula, também têm a presença de acompanhamento à noite, nas horas de estudo personalizado.

Isto leva a uma melhor proximidade e familiaridade de interação entre os técnicos e os alunos. Temos acompanhado os rapazes muito bem. Nós temos os dias para estarmos em casa, mas dadas as necessidades e as urgências, quase passamos todos os dias aqui. Eu, por exemplo, já estou aqui há três semanas sem voltar para casa, devido às urgências e necessidades do centro, e acho que é justo e entendo. Mesmo assim, há sempre uma brecha que se aproveita para a gente sair e poder estar em casa algum tempo. Mas, a prioridade é acompanharmos os jovens todos os dias” Entrevista C1<sup>a</sup>.

#### **4.3.1.7 Colaboração com instituições externas e a comunidade ao redor do internato**

A subcategoria colaboração com instituições externas é referenciada no estudo, no sentido de perceber quais as instituições públicas ou privadas da província do Moxico que prestam apoio, direta ou indiretamente, e a forma de vida daquelas instituições que acolhem crianças e jovens carenciados na mesma Província.

Para isso, fomos ouvir um dos responsáveis de um dos centros de acolhimentos que diz o seguinte:

“Na verdade, até o governo da Província nos ajuda de alguma maneira. O apoio das instituições não é aquele 100%, mas temos que agradecer a questão da saúde. Foi sob orientação de sua excelência o senhor diretor do ministério da saúde, pela orientação do governador provincial que nos foi dado um enfermeiro. Temos boas relações com a direção provincial de educação que nos fornece alguns livros. O MINARS tem algumas actividades alusivas ao dia da criança, mas as coisas ainda não estão assim bem encaminhadas. Mas temos uma boa relação com o diretor provincial que nos ajuda com aquilo que for necessário quando o solicitamos. A direção provincial da agricultura ajudou-nos com mais de 20 hectares de terra aqui. Portanto, é essa a articulação que existe com as instituições estatais e, na verdade, a nível da Província, não temos de nos queixar; tem-nos apoiado e bastante. A instituição da justiça tem-nos apoiado muito nas questões de registo de nascimento dos jovens. Veem para aqui sem cédulas de nascimento e com a

justiça efectuamos o registo e adquirem a sua documentação: cédula e bilhete de identidade. Até nos apoiam no caso dos funcionários que contratamos dessas aldeias sem bilhete de identidade. Recebemos apoio na aquisição de emissão de bilhetes de identidade também para eles. Temos aqui 5 ou 6 funcionários que regressaram da Zâmbia e não tinham documentação. Foi possível obter essa documentação com essa colaboração da justiça. A comunidade ao redor do centro, na verdade, é composta de muita gente regressada da Zâmbia” Entrevista C1.

Na outra instituição o entrevistado no estudo referiu que:

“Nós trabalhamos com o MINARS e com INAC e estamos a ver um desleixo na parte destas instituições. O MINARS tem um departamento que controla as crianças. Deveria estar dia a dia connosco para acompanhar as actividades, mas não está a ser regular. Mas como a instituição tem o regulamento do estado. (...) nós apresentamos os nossos relatórios ao INAC e ao MINARS. Depois convidamos o INAC para vir controlar os meninos que estão connosco no centro, mas desde que estamos aqui não recebemos nenhum apoio por parte deles em vir, ou em aconselhar a equipa do centro. Nunca vimos” Entrevista C2.

Quisemos também compreender na subcategoria de colaboração, o como aquelas instituições de acolhimento de crianças e jovens sobrevivem quanto aos aspectos práticos que têm a ver com a alimentação e manutenção dos espaços.

Para tal, quando perguntamos a um dos entrevistados no estudo acerca de como e onde tinham apoio económico e/ou financeiro para salários dos funcionários, para alimentação de crianças e jovens e para a manutenção em geral dos espaços, foi-nos dito o seguinte:

“Depende mesmo do ministério que manda verba para a manutenção geral da instituição. A verba do ministério é mais para os combustíveis e o funcionamento do grupo gerador e para os salários dos funcionários da instituição. Para alimentação contamos com uma parte ínfima da verba do ministério e a maior parte vem daquilo que colhemos no trabalho da agricultura da própria instituição. Isto é, o trabalho prático que se faz aqui é que sustenta a instituição. Nós fazemos uma “racha”! Temos as galinhas que produzem ovos e os hortícolas: tomate, couve, repolho, cebola, cenoura, batata pimenta e outros. Comerciamos uma parte para comprarmos os produtos que não produzimos: sal, óleo, sabão, sabonete, Omo, detergentes e outro material necessário à alimentação e higiene.

Na parte da agricultura também não produzimos tudo, mas produzimos sobretudo as hortícolas básicas, dependendo também das sementes que conseguimos adquirir. O tomate é um produto básico e produzimos muito. Para além de vendermos, serve também para o nosso consumo interno. Sempre repartimos, tiramos a parte para o consumo interno e outra parte enviamos para vender no mercado. Assim como os ovos, uma parte vai para confeccionar o matabicho de manhã, mas comercializamos a maior parte - 90%. Dessa forma, conseguimos alguns trocos que nos ajudam a solucionar outras situações pontuais que vão surgindo no centro. Por exemplo, quando os salários atrasam, nós conseguimos efectuar o pagamento aos funcionários com o dinheiro da gerência das vendas que fazemos dos nossos produtos. Repomos quando recebemos a verba. Por isso lhe damos o nome de “racha”. Por exemplo, 80% das senhoras que vendem no mercado municipal compram os produtos neste centro. Temos clientes que já têm uma boa relação connosco: encomendam os produtos que precisam e nós arrumamos e levamos aos comerciantes que conseguiram uma licença com angocultiva, a qual já constituiu uma cantina no mercado e compra para revender aí. Então temos, pelo menos, clientes em dia. Por vezes, não conseguimos satisfazer os pedidos porque dependemos da produção, por exemplo na questão dos ovos.

É isso que nos ajuda para a nossa sobrevivência neste centro. A nossa produção de ovo é praticamente constante e, por vezes, acontece alguma pequena queda na produção. Mas conseguimos gerir a situação e a vida do centro normalmente. Na produção de ovos nós tínhamos uma colheita de quatro (4) caixas por dia. Cada caixa é composta de 360 ovos e multiplicando por 4 equivalia a um total de 1440 ovos por dia. Mas como as galinhas envelhecem, chega uma fase de trocar as galinhas e aí se verifica uma queda na produção diária” Entrevista C1<sup>a</sup>.

Contrariamente a esta vivência de um dos centros verificada no excerto acima apresentado, quando fomos perguntar a um entrevistado de outro dos centros do estudo, este diz que:

“Para alimentar os meninos temos o apoio da organização não-governamental VIS. Esta Organização manda, mensalmente, o fundo para a compra da comida. Nós com o coordenador encarregamo-nos da compra da comida das crianças diariamente. (...) por mês já temos uma estimação. Como se verifica a mudança dos preços cada dia, antes se gastava, aproximadamente 160.000,00 kzs,

equivalente a um valor aproximado em USA \$1,500. Agora com a subida destes preços atingimos mais de duzentos mil kwanzas por mês. (...) temos VIS, mas também já está quase a acabar com o seu contrato. O dia 31 de Março de 2016 seria o término do contrato, mas conseguimos prorrogar até ao mês de Novembro deste ano. Agora estamos a pensar como será a sustentabilidade deste centro. Estamos a batalhar e fizemos alguns pedidos, mas ainda não recebemos nenhuma resposta positiva” Entrevista C2.

Depois de perceber qual tem sido a ajuda ou não ajuda de instituições externas no apoio à vida da existência dos internatos na Província do Moxico, ainda se procurou compreender a percepção da comunidade ao redor daqueles centros. Para um dos centros pesquisados, ao interrogar um dos entrevistados do estudo sobre qual tem sido a percepção da comunidade da existência do internato, diz o seguinte:

“(...) a pessoa fica sem palavra. Toda a gente quer que o seu filho estude cá. E nós não temos condições suficientes para atender toda a população dessas comunidades ao redor. A escola só tem a capacidade para internar oitenta (80) jovens, e nós não temos como colocar os oitenta (80) jovens numa só vez, tem que ser feita de maneira faseada, de modo que tenhamos a saída dos finalistas. Então não conseguimos a demanda aqui. Há critérios que nos ajudam a selecionar aqueles que são mais carentes, aqueles que não têm como; esses têm prioridade no acolhimento. Para conseguirmos alguma compreensão por parte da comunidade, temos chamado o regedor, os sobas e a comunidade e conversamos juntos, explicando que os jovens que vivem na proximidade do centro podem deslocar-se e ficarem alunos externos para realizar a aprendizagem; e assim acolhemos os das comunidades mais distantes como alunos internos. Essa é a nossa política de trabalho aqui para podermos ajudar a maioria. Bem ou mal, a comunidade ao redor está bem servida já que as crianças e jovens estudam neste centro. Para o internato, temos vagas anuais; e o externato depende do número de salas de aulas que temos vagas. Consoante o número de vagas que encontramos, divide-se em 50% para internato e 50% para o externato” Entrevista C1.

Quando entrevistamos um outro dos responsáveis do mesmo centro e o interrogamos perguntado sobre a relação entre crianças e jovens acolhidos, crianças e jovens externos e o que certas pessoas da comunidade diziam do centro, aquele participante no estudo referiu:

“Olha, ainda nunca fiz um inquérito. Mas dá para perceber a sensação da comunidade. A sensação das pessoas da comunidade quanto à nossa instituição vê-se através dos próprios rapazes externos que temos aqui. Se houvesse uma má resposta nossa para os alunos externos as pessoas não teriam enviado seus filhos aqui e nós não teríamos esses alunos. Isto indica que há uma boa receptividade por parte da comunidade. Então, vemos que os pais querem que os seus filhos estejam aqui. Quando vão de férias, há pais que pedem para que os alunos estejam aqui (...) e nós respondemos “Não, porque faz parte da formação que o aluno tem de estar convosco por algum tempo”. Isto indica que dão credibilidade à nossa instituição e com o trabalho que nós fazemos com estes meninos. Por exemplo, quando nós saímos com alguns colegas para visitar algumas comunidades visitar e conhecer bem essas comunidades, os jovens recebem-nos muito bem. Eu gosto muito de conhecer onde vivem os alunos externos. Quando ficam doentes, alguém os vai visitar. Ao visitar o aluno, a instituição vai própria família. Há uma boa relação entre instituição - família e entre aluno – escola. Essa simbiose tem-nos ajudado a dar uma boa resposta às necessidades da comunidade e uma boa credibilidade por parte da comunidade.

As famílias que estão próximo da nossa instituição vêm pedir vaga para os meninos estarem com que a demanda da comunidade fique sem a devida resposta. Porém, sempre que é precisa a nossa ajuda no campo do trabalho pedagógico, procuramos soluções, porque, uma vez que estamos nesta comuna, temos que procurar atender também a comunidade local. Deixamos sempre algumas vagas para a comunidade local” Entrevista C1<sup>a</sup>.

A questão dos alunos externos do ponto de vista social são crianças e jovens também carenciados e vivem com suas famílias, mas do ponto de vista social, não se nota diferenciação das carências de uma ou outra criança e de seus familiares. Portanto, são crianças e de famílias todas carenciadas.

## **Considerações finais**

Este estudo pretendeu focar, pormenorizar e valorizar a oferta laboral e escolar desenvolvida em dois centros de acolhimento e de integração social de crianças e jovens carenciados na Província do Moxico, Angola. Relativamente aos resultados obtidos no desenvolvimento do objecto empírico do estudo, sentimos que o público angolano, principalmente da Província do Moxico, nos acompanhava numa visita amiga a esses dois centros, reconhecendo nós uma clara articulação de serviços nos dois centros. No primeiro, debruçamo-nos sobre o serviço de acolhimento feito às crianças de rua que povoam a cidade de Luena, um esforço louvável para que crianças e jovens sejam inseridos no seio dos seus familiares, fazendo jus à hospitalidade, marca cultural do ambiente familiar naquela Província angolana; no segundo, aprendemos como é feita a articulação do serviço de identificação com o de sensibilização de crianças e jovens carenciados provenientes das comunidades rurais da mesma Província do Moxico. A educação sócio escolar e profissional prova ser o meio mais útil em ordem à integração social dessas crianças e jovens.

Para conseguirmos responder ao objectivo traçado, tivemos que enfrentar a escassez de literatura de apoio à investigação no contexto da Província do Moxico. Para isso, efectuamos um diagnóstico socioinstitucional da realidade existente, através da apresentação de alguns vectores de compreensão do contexto que se estava a investigar, para obtenção de uma imagem dos serviços prestados naqueles centros de acolhimento. Por outro lado, recorremos a referenciais teóricos que, ao longo da história, sustentam o emergir, a institucionalização e a afirmação do que é hoje a profissão do ramo “serviço social”. Salientamos, por outro lado, o quadro da legislação legal de Angola, o qual assegura a legalidade da existência daquelas organizações de serviço social a crianças e jovens necessitados de tal serviço, segundo a lei angolana.

Da apresentação do quadro legal do país, apercebemo-nos dos papéis e do grau de responsabilidade inculcada pela lei, quer ao Estado quer à família, assim como à sociedade/comunidade em si no cuidar a criança. Analisado o quadro legal do país sobre a protecção da criança, a apresentação do conceito de perigo e risco, segundo a teoria, é ilustrativa no sentido de nos fornecer uma interpretação para aquele contexto moxicano

sobre a noção do risco que, de certa maneira, pode vir a comprometer o não bem-estar daquelas crianças na sua vida adulta.

Desta forma, os resultados inferidos através dos fundamentos teóricos, apresentados no desenvolvimento da investigação, mostram contributos úteis na compreensão e entendimento da qualidade do serviço social prestado em centros de acolhimento de crianças e jovens carenciados. Ficam, assim, ilustrados pormenores da existência do fenómeno de crianças e jovens de rua e nas ruas de Luena. Esta exposição sonha levar famílias e população em geral a sentirem-se responsáveis por consequências diretas de desvios comportamentais de crianças e jovens desvinculados do ambiente familiar e social, ao longo do período etário do seu desenvolvimento educativo.

Os resultados obtidos da análise de conteúdo, realizada através de entrevistas, permitiram colocar-nos bem próximos da prática do trabalho do dia-a-dia, desenvolvido nesses centros, favorecendo-nos uma visão clara do trabalho transdisciplinar aí realizado. O estatuto interno da organização e a opinião dos entrevistados, manifestam haver espírito de serviço mútuo, numa entreajuda em espírito de família, proporcionando diferentes momentos de formação que favorecem a realização do plano de execução do projecto.

As duas instituições pesquisadas têm a missão de proporcionar à criança nelas acolhidas uma possível integração social e familiar. Há uma complementaridade no trabalho executado pelos profissionais dos dois centros estudados. O centro Ana-Jetu possui uma equipa de intervenção na rua, no sentido de identificar e sensibilizar crianças nos diferentes espaços da cidade e periferia de Luena. Depois de trabalhar com tais crianças e jovens sinalizados, por um lado, alguns(as) são reintegrados(as) no seu seio familiar desde a rua, enquanto outros meninos são acolhidos no Centro. As crianças e jovens são acolhidos no Centro com o objetivo de se trabalhar com elas no sentido de as consciencializar durante três meses, a fim de poderem ser restituídas ao seio de seus familiares, enquanto um ou outro menino é encaminhado para o internato de formação profissional integral jovem de sucesso de Sacassanje. Portanto, aquela instituição, Ana-Jetu, tem um carácter mais assistencial e trabalha-se mais para reinserção de crianças desavindas no seio de seus familiares.

A instituição de formação profissional socio educativa Jovens de Sucesso de Sacassanje, com duas valências - alunos internatos e externos – oferece melhores condições quer de habitabilidade quer de formação profissional para autonomia da criança e jovem que ali

estuda. É uma instituição com mais capacidade de desenvolvimento para autonomia na vida social, isto é, uma instituição com carácter mais ligado à formação e educação para o desenvolvimento, portanto, numa perspectiva de capacitação e emancipação das comunidades. No fundo, o projecto aproxima-se mais a esta lógica de acolher crianças e jovens desfavorecidos, educá-los, dar-lhes formação e prepará-los para a sua vida autónoma. Portanto, trabalha-se no domínio da autonomia.

Por outro lado, a visão dos participantes inquiridos no estudo manifestaram uma dupla percepção. Em um dos centros é óbvia a organização, quer dos espaços quer da divisão de funções repartidas em secções/departamentos, ou ainda da potencialidade em auto sustentabilidade; porém, nota-se alguma fragilidade, em termos de manutenção, já que o Estado é quem deveria providenciar essas necessidades esporádicas. Já no outro centro, mesmo que o projecto seja suficientemente justificável, socialmente precisava, na opinião dos participantes inquiridos, de uma intervenção em termos de asseguramento à continuidade deste, tanto em termos dos espaços quanto em termos da organização e de manutenção. Para as pessoas entrevistadas, este centro de acolhimento de meninos carenciados, não oferece condições favoráveis tanto de ajuda ao trabalho dos técnicos como de acolhimento a meninos que aí passam para a uma possível sensibilização e reintegração no meio familiar.

Em conclusão, a pesquisa apresenta uma primeira visão sobre a realidade de centros de acolhimento de crianças e jovens carenciados na Província do Moxico, em Angola. Por um lado, tal indica a existência do fenómeno de crianças e jovens que ficam desvinculados dos seus suportes familiares, parentais e comunitários, transformando a rua, o mercado e quiosque no seu ambiente de vivência e, por outro, realça a contribuição mínima que vai sendo dada/ou que deveria ser dada, para minimizar a carência generalizada na própria comunidade/sociedade moxicana.

Se há um esforço de atenção às crianças e jovens por parte da sociedade civil, do Estado e de certas famílias daquela Província, constata-se, porém, uma certa desatenção no ajuste de controlo das crianças e jovens por parte dos mesmos órgãos da Província. É esta discrepância que, muitas vezes, leva a criança e o jovem a preferirem viver só e a sós, longe da protecção e do atendimento educativo dos seus contextos de socialização familiares, escolar e/ou profissional, protecção prevista na lei de protecção à criança, em Angola. Isso torna difícil as instituições que se dedicam ao trabalho de localização,

sensibilização e mobilização de crianças e jovens em ordem à respetiva reinserção/reunificação no seu seio familiar.

A preferência de crianças e jovens a viver em locais inapropriados da cidade, longe dos seus familiares e do controlo social do Estado, indica que o artigo 35º número 6 da Constituição da República de Angola, que orienta “A protecção dos direitos da criança, nomeadamente, a sua educação integral e harmoniosa, a protecção da sua saúde, condições de vida e ensino constituem absoluta prioridade da família, do Estado e da sociedade”, é artigo que permanece apenas no papel. O investigador fica com a sensação de insatisfação e de trabalho inacabado.

Ficam abertas pistas para futuras pesquisas e propostas de análise à realidade “crianças e jovens de rua e na rua”. Torna-se imperativo relacionar o serviço social com as pessoas e com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social na Província do Moxico, em Angola. A sociedade é o espelho de transformações em mudança.

## **Bibliografia**

Aires, Luísa (2011). Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional. Lisboa. Universidade aberta. 1ª edição.

Amado, João (2013). A investigação em educação e seus paradigmas. In Manual de Investigação Qualitativa em Educação (pp. 19-70). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Amado, João (2014). Manual de investigação qualitativa em educação, 2ª Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press.

Amado, João, e Ferreira, Sónia (2013). A entrevista na investigação educacional. In João Amado (Org.) Manual de Investigação Qualitativa em Educação (pp. 207-232). Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Amado, João; Costa, António Pedro, e Crusoé, Nilma (2013). Técnica de análise de conteúdo. In João Amado (Org.). Manual de Investigação Qualitativa em Educação (pp. 301- 350). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Amaro, Maria Inês (2012). Urgências e Emergências do Serviço Social: Fundamentos da profissão na contemporaneidade. Lisboa: Universidade Católica Editora, Unipessoal, Lda.

Baptista, Dulce Maria T. (2012). O Debate Sobre o Uso de Técnicas Qualitativas e Quantitativas de Pesquisa. In Martinelli, Maria Lúcia (org.), Pesquisa Qualitativa: Um Instigante Desafio. São Paulo: Veras Editora.

Baptista, Isabel (1998). Ética e educação: Estatuto ético da relação educativa. Porto: Universidade Portucalense.

Bardin, Laurence (2011). Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, Lda.

Benelli, Sílvio José, (2003). O Ateneu: Produção de Subjectividade na Instituição Total: violência e subjectividade, in Psicologia USP (online), vol. 4, nº 3, p. 133-170.

Benelli, Sílvio José, (2002). O internato escolar como instituição total: violência e subjectividade. Psicologia em Estudo, vol.7, n.2, pp.19-29.

Bilhim, João A. (2004). Teoria organizacional – Estruturas e Pessoas, Lisboa: Lisboa: ISCSP.

- Branco, Francisco (2009a). A Profissão de Assistente Social em Portugal. *Locus Social*. (3), 61-89.
- Calheiro, Maria Manuela de Amorim (2006). A Construção Social do Mau Trato e Negligência Parental: Do Senso Comum ao Conhecimento Científico. 1ª edição. Coimbra. Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Campenhoudt, L. V. (2003). Considerar qualquer maneira de viver como normal e aceitável, in *Introdução à Análise dos Fenómenos Sociais*, Lisboa: Gradiva
- Canavarro, José M. (2000). *Teorias e Paradigmas Organizacionais*, Coimbra: Quarteto
- Caria, Telmo, Pereira, Fernando e Silva, Margarida (2014). O Trabalho Profissional Burocrático: Construção do modelo de análise para o terceiro sector. In Telmo Caria e Fernando Pereira (orgs.) *Trabalho Social Profissional* (pp. 19-41) Viseu: Psico e Soma.
- Cellard, André (2008). A Análise Documental. In Poupart, Jean e Deslauriers, Jean-Pierre et al. *A Pesquisa Qualitativa: Enfoques Epistemológicos e Metodológicos*. Metrópolis: Editora Vozes.
- Chizzotti, António (2006). *Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Demo, Pedro (1993). *Pesquisa Educacional na América Latina e no Caribe: Tentativa de Síntese e de Discussão Crítica*. Rio de Janeiro: Editora Universitária – UFF.
- Ferreira, J. M. C.; Neves, J.; Caetano, A. (2001). *Manual de Psicossociologia das Organizações*, Lisboa: Mc Graw Hill
- Ferreira, Jorge M. L. (2011). *Serviço Social e Modelos de Bem-Estar para a Infância Modus Operandi do Assistente Social na Promoção da Protecção à Criança e à Família*. Lisboa: Quid Juris.
- Fischer, G. (1992). *A Dinâmica Social – Violência, Poder, Mudança*, Lisboa: Planeta Editora.
- Franco, V. (2007). Dimensões Transdisciplinares do Trabalho de Equipe em Intervenção Precoce. *Interação em Psicologia*. 113-121. Curitiba.
- Gerhardt, Tatiana E. e Silveira, Denise T. (2009). *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS.

- Giddens, Anthony (2003). *A Constituição da Sociedade*. Martins Fontes, São Paulo.
- Goffman, E. (1996). *Manicómios, Prisões e Conventos*; S. Paulo: Editora Perspectiva.
- Henriquez C., Bernardo Alfredo (1990). *Génese e Emergência do Serviço Social Português*. Estudos e Documentos. Número 1. O Instituto de Serviço Social de Lisboa. Núcleo de Investigação de História do Serviço Social Português. s/p.
- Iamamoto, Marilda Villela (2014). *Formação profissional na consolidação do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: fundamentos, resistências e desafios conjunturais*. Palestra proferida, (7°).
- Instituto da Segurança Social (2012). *CASA 2012 – Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Seg. Social: Lisboa.
- King, Gillian et al (2009). *Infant e Young Children*. Vol. 22. *The Application of a Transdisciplinary Model for Early Intervention Services*.
- Lopes, Paulo Carlos (2016). *A expansão da rede escolar: o ensino primário e o 1º Ciclo do ensino secundário na Província do Moxico - Angola (2008 a 2015)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Ludke, Menga, e André, Marli E. D. A (1986). *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. S. Paulo.
- Magalhães, T. (2010). *Violência e abuso*. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press.
- Magalhães, Teresa (Coord.) (2011). *Abuso de Crianças e Jovens – Da Suspeita ao diagnóstico*. Lisboa: Lidel- edições técnicas, Ltda.
- Mintzberg, Henry (1979). *Estrutura e Dinâmica das Organizações*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Mouro, Helena (2001). *Serviço Social: um século de existência*. In Helena Mouro e Dulce Simões (coord.), *100 anos de Serviço Social* (pp. 23-60). Coimbra: Quarteto Editora.
- Negreiros, Maria Augusta; Queirós, Maria José et Andrade, Marília (1992). *Estudos e Pesquisa. Série: História do Serviço Social Português. A Construção do Conhecimento do Serviço Social em Portugal. Período de 1974 a 1978. Documento nº 5*.

Oliveira, Paula A. C. (2013). Comissão de Proteção de Crianças e Jovens: Perceção sobre a sua organização e sobre a prática profissional dos técnicos. Tese (Mestrado em Intervenção Social na Infância e Adolescência em Risco de Exclusão). Instituto Superior de Serviço Social do Porto. Porto.

Payne, M., Duarte, F., e Mouro, H. (2002). Teoria do trabalho social moderno. Coimbra: Quarteto.

Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc Van (2008). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva – Publicações S.A.

Ramião, Tomé de Almeida (2007). Lei de proteção de crianças e jovens em perigo – anotada e comentada. Quid Juris: Lisboa.

Stake, Robert E. (2013). A arte da Investigação com Estudos de Caso. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Van-Dúnem, José O. S. (2008). Fundos Sociais: Um Colírio no Combate à Pobreza? Um estudo de caso do Fundo de Apoio Social no Município de Viana – Angola. Luanda. Kilombelombe.

XXIII, Leão (1966). Carta Encíclica Rerum novarum: Edições Loyola.

Yin, Robert K. (2005). Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman.

## **Webgrafia**

Assembleia Geral da IFSW e da IASSW em Julho de 2014, em Melbourne, Definição Global da Profissão de Serviço Social. Acedido em Março 17, 2017 de <http://www.apross.pt/profissao/defini%C3%A7%C3%A3o/>

INE, Angola (2016). Censo 2014: Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014. Retirado no dia 08 de Junho de 2016. Website: <http://www.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=ine>

Relatório de Seguimento das Metas da Cimeira Mundial pela Infância, acedido em Março 16, 2017 de [https://www.unicef.org/specialsession/how\\_country/edr\\_angola\\_pt.PDF](https://www.unicef.org/specialsession/how_country/edr_angola_pt.PDF)

Sá, A. C., Grilo, I. e Trigo, L. R. (2008). As instituições de acolhimento sob o olhar dos profissionais que nelas trabalham: Percepções em torno da institucionalização de crianças e jovens em risco. Atas eletrónicas do Congresso Internacional em Estudos da Criança, organizado pelo Instituto de Estudos da Criança e realizado na Universidade do Minho, acessado em Agosto 29, 2016 de <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/12926/1/As%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20acolhimento%20sob%20o%20olhar%20dos%20profissionais%20que%20nelas%20trabalham%20Percep%C3%A7%C3%B5es%20em%20torno%20da%20institucionaliza%C3%A7%C3%A3o%20de%20crian%C3%A7as%20e%20jovens%20em%20risco.pdf>

Suzete Afonso, dissertação de mestrado, acessado em Agosto 29, 2016 12hs 18', de [http://repositorio.uportu.pt:8080/bitstream/11328/938/2/TMPS%2033\\_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20-%20Susete%20Afonso.pdf](http://repositorio.uportu.pt:8080/bitstream/11328/938/2/TMPS%2033_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20-%20Susete%20Afonso.pdf)

UNICEF-Angola, Convenção sobre os Direitos da Criança. Acessado em Outubro 03, 2016 de [https://www.unicef.org/infobycountry/angola\\_latest.html](https://www.unicef.org/infobycountry/angola_latest.html)

### **Documentos consultados**

Constituição da República de Angola, (2010). Luanda.

Decreto Lei nº 25/12 de 22 de Agosto, Lei sobre a protecção e desenvolvimento integral da criança.

Decreto Lei nº 7/04 de 15 de Outubro, Lei de Bases da Protecção Social em Angola.

Decreto Presidencial n.º 174/14, de 24 de Julho de 2014, Estatuto Orgânico do Ministério da Assistência e Reinserção Social. Luanda.

Decreto Presidencial nº 169/14 de 23 de Julho, Estatuto orgânico do instituto nacional da criança. Luanda.

Decreto Presidencial nº 187/12, de 20 de Agosto de 2012, Regulamento do Conselho Nacional da Criança. Luanda.

Governo de Angola, (2008), Compromissos sobre a criança, Resolução nº 5/08 de 18 de Janeiro.

Governo de Angola, (2009), Criança! Prioridade Absoluta, seminário sobre o plano bienal de acção, conclusões e recomendações, CNAC.

R. de Angola, (2000) “Relatório de seguimento das metas da cimeira mundial pela infância”, Luanda.

## **Apêndices:**

### **Apêndice 1: guião - entrevista**

Questões pré-elaboradas:

- Pode dizer o seu nome e o cargo que ocupa?
- Pode explicar o tipo de instituição em que trabalha e em que regime funciona?
- Como está estruturada/organizada a equipa da instituição?
- Que habilitações literárias dos funcionários da instituição?
- Pode explicar como tem sido a relação dos funcionários/técnicos com os utentes?
- Tem colaborado com algum organismo do Estado ou privado? Em que aspecto?
- Na sua percepção como tem sido desenvolvido o serviço feito por vós nesta instituição?